



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO:**

- I. **ATENÇÃO:** No prazo para acolhimento de propostas, além do preenchimento do formulário eletrônico, os interessados deverão encaminhar, exclusivamente através do sistema eletrônico do licitações-e, a documentação exigida no Edital, sob pena de desclassificação;
- II. **É vedada a identificação do proponente quando do registro de sua proposta no formulário eletrônico.** Os interessados devem observar os requisitos estabelecidos no item 12, da Parte I - Propostas deste Edital, de modo a identificar as informações a serem registradas no formulário eletrônico do sistema de disputa;
- III. Nos casos em que a marca identifica o proponente, deve-se colocar a expressão "marca própria" ou "marca do fabricante", sob pena de não admissão da proposta.
- IV. Após a disputa de lances, o(s) arrematante(s) será(ão) convocado(s) para que apresente(m), exclusivamente através do sistema, sua(s) proposta(s) ajustada(s) ao valor negociado ou ao seu último lance, no prazo de até 03 (três) horas;
- V. Conforme item 53-A e seguintes da Parte Fixa deste Edital, após a declaração do vencedor, o pregoeiro facultará às licitantes a oportunidade de integrarem o cadastro de reserva, mediante a apresentação de proposta ajustada ao valor vencedor de cada lote ou mantendo sua oferta final, desde que esta esteja abaixo do referencial definido neste instrumento.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**EDITAL-PADRÃO**  
**CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA DE BENS COMUNS**  
(Conforme matriz aprovada pela Portaria PGE nº 063/20 rev.1)

(  ) Sistema de Registro de Preços

---

**PREÂMBULO**

---

**1. Regência legal:**

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei estadual nº 9.433/05, da Lei Complementar nº 123/06, das normas gerais da Lei nº 8.666/93, e ainda, do Decreto estadual nº 19.896/20 (na modalidade pregão eletrônico), do Decreto estadual nº 19.898/20 (na modalidade pregão presencial), do Decreto estadual nº 19.252/19 (no Sistema de Registro de Preços), e respectivas alterações, além dos da legislação específica aplicável.

**2. Requisito de participação:**

(  ) Ampla Participação

(  ) Aquisições

(  ) Sem reserva de cota

**3. Processo administrativo:**

019.5106.2020.0063496-11

**4. Órgão/entidade e setor: SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA**

**5. Modalidade/número de ordem:**

(  ) Pregão eletrônico nº **133/2021**  
ID - **858550**

[NOTA: incluir para o pregão eletrônico]

**5.1 Modo de disputa**

**5.2 Intervalo mínimo de diferença entre lances (degrau de valor ou percentual)**

(  ) Aberto e fechado

(  ) Sim (conforme orçamento estimado em planilha - termo de referência

**6. Tipo de Licitação:**

(  ) Por item

(  ) Menor Preço

(  ) Por lote

(  ) Global

**7. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:**

Aquisição de Equipamentos e Componentes de Informática

(MICROCOMPUTADOR SERVIDOR TIPO II E MICRO

Família: **70.10**

COMPUTADOR SERVIDOR TIPO I) " Registro de Preços"

Código: Conforme Termo de Referência

**8. Regime de execução/fornecimento:**

(  ) **Aquisição** com fornecimento

(  ) único

(  ) Parcelado

**9. Dotação orçamentária:**

(  ) Sistema de Registro de Preços

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária concernente aos órgãos ou entidades solicitantes, devendo cada contratação ser precedida da emissão da declaração de compatibilidade com a LRF



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**10. Prazos:**

( x ) Sistema de Registro de Preços

10.1 ( X ) O prazo de validade do registro será de 01 (um) ano, improrrogável

10.2 O(s) fornecedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias, prorrogável por igual período.

**11. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:**

[NOTA: Pregão eletrônico]

Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Tempo de disputa: 15 minutos mais o tempo aleatório do sistema

[www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br)

Recebimento das propostas: **das 09:00 horas do dia 05/03/2021 às 09:00 horas do dia 09/03/2021 (Horário de Brasília)**

Início da sessão pública: **às 10:00 horas do dia 09/03/2021. ( Horário de Brasília)**

**12. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica:**

[NOTA: quando dispensável a manifestação jurídica]

( x ) Declaro que a minuta utilizada para a elaboração deste instrumento está em conformidade com a que foi padronizada e divulgada no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, não tendo sido alteradas quaisquer das suas cláusulas, além do preenchimento das quantidades e serviços, unidades favorecidas, locais de entrega dos bens ou prestação de serviços, estando dispensada a oitiva do órgão de assessoramento jurídico nos termos da norma indicada a seguir:

Portaria nº: [Ex: Portaria PGE nº 063/2016 Art.: 1 Inciso: III

Edital-Padrão: CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA

Extraído do link: <https://www.pge.ba.gov.br/download/5-edital-2/?wpdmdl=18671&refresh=5fea16e5338a51609176805> Data do download: 17/02/2021

609176805

[NOTA: quando indispensável a manifestação jurídica]

( ) Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº \_\_\_/20\_\_ de \_\_\_/\_\_\_/20\_\_

**13. Interstício mínimo para o recebimento das propostas:**

( x ) 08 dias úteis [pregão]

**14. Índice: [NOTA: os elementos assinalados são obrigatórios, os demais dependem do caso concreto]**

**PARTE I – PROPOSTAS**

( ✓ ) SEÇÃO I. Especificações para elaboração da proposta de preços

( ✓ ) SEÇÃO II. Termo de Referência do objeto da licitação

( ✓ ) SEÇÃO III. Orçamento estimado em planilha

( ✓ ) SEÇÃO IV. Modelo de Descrição da Proposta

( ✓ ) 1 - Modelo de descrição da proposta de preços

( ✓ ) SEÇÃO V. Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame

( ✓ ) SEÇÃO VI. Modelo de procuração

( ✓ ) SEÇÃO VII. Modelo de declaração de enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) [NOTA: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]

( x ) SEÇÃO VIII. Modelo de declaração de pleno conhecimento e de veracidade dos documentos [NOTA: assinalar apenas na modalidade pregão]

**PARTE II – HABILITAÇÃO**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

- 
- (  ) SEÇÃO I. Documentos de Habilitação
- (  ) SEÇÃO II. Certificado de Registro Cadastral CRC/CRS
- (  ) SEÇÃO III. Modelos de Prova de Qualificação Técnica  
(  ) Comprovação de Aptidão para o Desempenho
- (  ) SEÇÃO IV. Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor
- (  ) SEÇÃO V. Modelo de declaração quanto à regularidade fiscal e trabalhista (Lei Complementar nº 123/06)  
**[NOTA: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**

---

**PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS**

- (  ) SEÇÃO I. Amostras/demonstração de compatibilidade  
(  ) Sim  
(  ) Não
- (  ) SEÇÃO II. Participação de empresas reunidas em consórcio  
(  ) Não
- (  ) SEÇÃO III. Participação de cooperativas  
(  ) Não
- (  ) SEÇÃO IV. Avaliação das propostas técnicas  
(  ) Não se aplica
- (  ) SEÇÃO V. Reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte  
(  ) Não se aplica  
(  ) Sim
- (  ) SEÇÃO VI. Adesão posterior à ata de registro de preços (carona)  
(  ) Não  
(  ) Sim

---

**PARTE IV – CONTRATO**

- (  ) Minuta do contrato

---

**PARTE V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS [NOTA: incluir, exclusivamente, no SRP]**

- (  ) Minuta da ata de registro de preços

---

**PARTE FIXA- RITO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATAÇÃO**

- (  ) Título I – Dos Princípios
- (  ) Título II – Dos Impedimentos
- (  ) Título III- Das Propostas e dos Documentos de Habilitação
- (  ) Título IV – Do Procedimento na Licitação
- (  ) Título V – Das Impugnações
- (  ) Título VI – Das Disposições Finais
- (  ) Título VII – Da Revogação e Anulação
- (  ) Título VIII - Da Contratação
- (  ) Título IX – Das Penalidades
- (  ) Título X – Do Foro

**15. Informações e esclarecimentos adicionais**

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no portal [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**16. Responsável pela expedição do convocatório e meio de contato:**

Servidor responsável e portaria de designação: ELLEN BRITO DA CONCEIÇÃO SÃO PEDRO - DESIGNADO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº.025 DE 11 DE JANEIRO DE 2021 - PUBLICADA NO D.O.E DE 12/03/2020

Endereço: 4º avenida, nº. 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitações e Contratos – DLC - C

Horário: 08:30 as 12:00 e 14:00 as 17:30      Tel.: 71) 3115-4340/ 3115-4157      TEL: (71) 3115-4307      E-mail: ellen.saopedro@saude.ba.gov.br

Local e data da expedição:

Assinatura/matrícula



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

---

**PARTE I – PROPOSTAS**

---

---

**SEÇÃO I**  
**ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

---

---

1. A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.
  - 1.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.
2. O prazo de entrega ou de execução do objeto será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule.
  - 2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes reduzi-lo.
3. O prazo de garantia técnica será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo menor ou que não o estipule.
  - 3.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de garantia técnica inferior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.
4. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com o modelo proposto neste convocatório, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em **( x ) duas** ( ) três casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
5. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.
6. Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste edital, de seus apensos e anexos, especialmente as constantes do instrumento de contrato e as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente.

**[NOTA: Pregão eletrônico]**

7. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 deverão obter esta qualificação junto ao sistema *licitacoes-e* do Banco do Brasil, comprometendo-se a remeter ao órgão licitante, por ocasião da habilitação, a Declaração de Enquadramento (PARTE I – PROPOSTAS/SEÇÃO VII), sob pena de não obter a concessão do tratamento diferenciado.

**[AQUISIÇÕES]**

**8. Deverão ser informados na proposta escrita:**

- ( x ) a marca
- ( x ) o prazo de garantia
- ( x ) o modelo
- ( ) a referência
- ( x ) o tipo

9. O julgamento de classificação deverá considerar a marca indicada na proposta para cada item, sem possibilidade de substituição.

10. Todas as características descritas pelas licitantes devem guardar compatibilidade com as especificações exigidas neste instrumento convocatório, devendo o produto ou componente ofertado ser claramente descrito de forma visual e/ou escrita.

- ( x ) 10.1 As características devem ser comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da *internet* impressas**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**11.** As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, que estejam vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

**[NOTA: exclusivo para o pregão eletrônico]**

**12.** No campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS" do formulário eletrônico, deverão ser informados:

( X ) a marca

( X ) o modelo

12.1 o não preenchimento, pela licitante, no formulário eletrônico, de item que tenha sido assinalado no campo acima implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.

12.2 nos casos em que a marca identifica o proponente, deve-se colocar expressão como "marca própria" ou "marca do fabricante", sob pena de não admissão da proposta.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

**SEÇÃO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

---

**OBJETO**

Trata-se do fornecimento de equipamentos de Tecnologia da Informação, microcomputador servidor tipo I e II, com o fito de equipar as Unidades Hospitalares, Policlínicas Regionais de Saúde, Centros de Referência e demais Unidades da rede da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB.

Os microcomputadores – servidores tipo I e II possibilitarão uma maior capacidade de armazenamento e processamento de dados, das aplicações utilizadas pelos colabores, no atendimento aos usuários do SUS nas Policlínicas e demais unidades de saúde do estado da Bahia.

**1. JUSTIFICATIVA**

**1.1.** A ausência de uma estrutura que comporte a demanda de armazenamento de dados pode comprometer a disponibilidade dos sistemas utilizados pela SESAB, além de causar impacto nas ações finalística e administrativas, bem como no serviço prestado a população.

**1.2.** Tendo em vista a implantação e manutenção de sistemas institucionais, o que caracteriza o aumento de volume de dados, faz-se necessário pensar em equipamentos, que ampliem a estrutura física da SESAB, e garantam o funcionamento da secretaria.

**1.3.** Dessa forma, observa-se a necessidade de novos equipamentos para armazenamento, retenção e recuperação de arquivos digitais, na perspectiva de evitar a indisponibilidade dos sistemas institucionais, cuja natureza de operação requer alto consumo de espaço de armazenamento.

**1.4.** O presente objeto integra ainda, a iniciativa de expansão da capacidade de armazenamento de dados da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB, Policlínicas e demais unidades de saúde vinculadas a SESAB.

**1.5.** Previstas no Plano de Aquisição vigente da SESAB, as iniciativas de investimentos financeiros para a ampliação das soluções tecnológicas, inseridas no Planejamento para a execução com Fonte do Tesouro, também foram contempladas no Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador, o PROSUS.

**1.6.** Com financiamento parcial de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa materializou as necessidades do novo ambiente computacional para a Rede SESAB nos níveis de equipamentos (HARDWARE) e licenças de sistema Operacional e de Banco de Dados, cujos benefícios viabilizarão a implantação de importantes soluções em Tecnologia da Informação, como por exemplo o Prontuário Eletrônico nas Unidades Estaduais de Saúde.

**1.7.** A Policlínica é uma unidade de saúde para atendimento de média complexidade e atende as diversas especialidades médicas, entre elas: Angiologia, cardiologia, Endocrinologia, Gastrologia, Neurologia, Ortopedia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Serviços de Apoio a Diagnóstico: Ressonância Magnética, Tomografia, Mamografia, Ultrassonografia, Ecocardiografia.

**1.8.** A SESAB possui uma rede de unidades de saúde que envolve Hospitais, Maternidades, Unidades de Pronto Atendimento 24h e de Emergência e Centros de Referência.





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**1.9.** Os servidores (Tipo I e II) também serão utilizados nas policlínicas e unidades de saúde, que ainda não foram contempladas no processo de atualização tecnológica em curso, desde 2015.

**1.10.** Para que o desenvolvimento tecnológico seja integrado, a continuidade das ações de ampliação de TIC na Rede da Saúde, devem contemplar além das Unidades administrativas (Núcleos Regionais de Saúde, suas respectivas Bases de Saúde, além do Núcleo Central/SEDE), as Unidades da Rede Hospitalar, as Policlínicas, Maternidades e Centros de Referência.

**1.11.** A aquisição de microcomputadores servidores (Tipo I e II) permitirá maior capacidade de armazenamento, retenção e recuperação de dados e arquivos nas unidades administrativas (Núcleos Regionais de Saúde, suas respectivas Bases de Saúde, além do Núcleo Central/SEDE), Unidades da Rede Hospitalar, as Policlínicas, Maternidades e Centros de Referência e unidades de ação e combate a pandemia do Covid19.

**1.12.** Dessa forma, as unidades administrativas, hospitais, maternidades e centros de referência vinculadas a SESAB assegurarão aos usuários finais e pacientes a integralidade no atendimento e assistência a saúde.

**1.13.** Com a aquisição de microcomputadores servidores (Tipo I e II), espera-se obter os seguintes resultados:

**1.14.** Prover maior espaço de armazenamento de dados e arquivos;

**1.15.** Possibilitar maior segurança de acesso aos dados e informações;

**1.16.** Aumentar a flexibilidade e estabilidade;

**1.17.** Melhorar a performance dos sistemas.

**1.18.** Além de atender às demandas relativas às Policlínicas e demais unidades de saúde, a aquisição justifica-se em virtude da necessidade de ampliação das soluções tecnológicas e expansão da capacidade de armazenamento de dados da SESAB.

**1.19.** A aquisição visa também o atendimento das demandas da Rede SESAB, cujo o escopo deverá abranger para fins de distribuição e cobertura de garantia, todo o estado da Bahia.

**1.20.** Com este projeto, garantimos a atualização e manutenção dos recursos tecnológicos, promovendo uma melhor qualidade nos serviços ofertados e uma maior celeridade ao acesso à informação digital por parte de seus usuários.

## **2. DO REGIME DE PREÇO**

**2.1.** O Sistema de Registro de Preços foi instituído pelo art. 15 da lei Federal nº. 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de licitação e Contratação na esfera pública. No âmbito do Estado da Bahia a matéria encontra-se disciplinada pelos artigos 31, inciso II, e 33 da Lei Estadual nº. 9.433/05 e pelo Decreto nº. 9.457/05 com alterações procedidas pelo Decreto nº. 10.023/06, que disciplina o regime jurídico do Sistema de Registro de Preços nas Licitações e Contratos Administrativos pertinentes a serviços, compras e locações pela Administração Pública Estadual.

**2.2.** O Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens, para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de concorrência ou pregão, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

isonomia, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação é feita quando melhor convier à Administração.

**2.3.** Dentre as vantagens da adoção do Sistema de Registro de Preços estão a independência de previsão orçamentária, isso porque não há a obrigatoriedade da contratação, portanto, não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso no ato licitatório; as despesas decorrentes da execução de cada contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente a cada órgão ou entidade solicitante; a redução no volume do estoque, o pois a Administração deve requisitar o objeto cujo preço foi registrado somente quando houver demanda, sem a necessidade de manter estoque; a inexistência do fracionamento de despesa, pois o Registro de Preços exige planejamento para o período de vigência determinado; a redução no número de licitações, uma vez que, possivelmente, se realizará um processo licitatório por ano; maior agilidade nas aquisições, já que a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos; bem como a economia em escala, obtida em razão do quantitativo licitado.

**2.4.** Estabelece o caput do art. 33 da Lei nº. 9.433/05, que o registro de preços se destina às "compras de aquisição frequente pela Administração e serviços de menor complexidade técnica". Por seu turno, o Decreto nº. 9.457/05, com alterações procedidas pelo Decreto nº. 10.023/06, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, prevê, no seu art. 5º, que o "Registro de Preços será sempre precedido de estudos e análises qualitativa e quantitativa dos bens ou serviços a serem registrados, com base no consumo apurado, ou estimativa de demanda informada pelo órgão ou entidade interessada, objetivando estimar os quantitativos e os valores dos materiais ou serviços a serem adquiridos ou contratados, respectivamente".

**2.5.** A partir desses conceitos, é possível afirmar que o Sistema de Registro de Preços é um dos maiores avanços em procedimentos de contratação e que é unânime entre os administradores públicos, após conhecer as vantagens do Sistema de Registro de Preços, o interesse em proceder a sua implantação.

### 3. QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS

Item	Código SIMPAS	Características/Especificações	Quant.
1	70.10.19.00.115837-6	Microcomputador Servidor de Rede – Tipo II	43
2	70.10.19.00.115838-4	Microcomputador Servidor de Rede – Tipo I	47

### 4. CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS NA PROPOSTA DE PREÇO

A capacidade física, instalações, estrutura organizacional e o aparelhamento das licitantes, assim como a qualidade do serviço ofertado será avaliada, sendo obrigatória a apresentação, por parte das licitantes, dos seguintes documentos sob pena de desclassificação.

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá:



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**4.1.** A LICITANTE deverá obrigatoriamente apresentar, juntamente com a proposta comercial, a descrição do nome do fabricante, a marca e o modelo, assim como apresentação de folders, prospectos, manuais e/ou páginas da internet, para comprovação técnica do equipamento. Conforme modelo abaixo.

Marca	Tipo equipamento	Modelo	Prazo de Garantia

**4.2.** Declaração do fabricante pela garantia do equipamento ofertado, na sua totalidade, mínima de Garantia do fabricante de 5 (cinco) anos on-site 24x7 e solução em até 06(seis) horas (mesmo que a autorizada local eventualmente seja descredenciada pelo fabricante), informando que possui assistência técnica credenciada em Salvador/BA, fazendo a indicação da mesma.

**4.3.** Declaração do fabricante que todo o produto ofertado pela LICITANTE é totalmente funcional e que todas as condições de garantia exigidas neste termo serão de responsabilidade solidária do fabricante.

Disponibilidade de site na WEB (indicar endereço) para transferência de arquivos de configuração (manuais e atualizações de firmware).

**4.4.** Para comprovação da qualificação técnica, a licitante vencedora deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha prestado, no mínimo 30% do objeto pertinente com este Termo de Referência, visto que se trata de equipamento indispensável ao armazenamento e processamento de dados das unidades de saúde da SESAB.

## **5. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**5.1.** O prazo de entrega dos equipamentos é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SESAB - ALCEN, localizado à Via Centro, 394 – CONJ HAB – CIA II, Simões Filho – BA. - CEP 43.700-00.

**5.3.** Os equipamentos serão recebidos definitivamente após verificação da conformidade com as especificações técnicas, existentes no termo de referência e, sua aceitação formal se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório.

## **6. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTO**

### **6.1. EMBALAGEM**

**6.1.1.** Deverá ser do próprio fabricante e estar lacrada no ato da entrega.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**6.1.2.** Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante, na data da realização da licitação, bem como na data da assinatura do contrato junto à entidade CONTRATANTE.

## **6.2. EQUIPAMENTOS**

**6.2.1.** Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para fins de verificação da conformidade do equipamento com as especificações técnicas;

**6.2.2.** Os equipamentos deverão ser inspecionados após sua entrega, nas instalações da CONTRATANTE;

**6.2.3.** A aceitação provisória dos equipamentos não exime a CONTRATADA da responsabilidade de fornecer o material de acordo com os requisitos do termo de referência;

**6.2.4.** Os equipamentos serão recebidos definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do termo de referência e, sua aceitação final, ocorrerá até 30 (trinta) dias úteis do recebimento provisório.

**6.2.5.** Na hipótese de a verificação definitiva não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.2.6.** A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos equipamentos em desacordo com as especificações técnicas (anexo I), exigidas no termo de referência.

**6.2.7.** A aceitação provisória e definitiva dos equipamentos, não invalida qualquer reclamação posterior a respeito da qualidade do material e/ou da fabricação.

**6.2.8.** Em caso de qualquer discrepância em relação às exigências deste termo de referência, os equipamentos/lotos podem ser rejeitados e sua reposição deve ser imediata pela CONTRATADA;

**6.2.9.** Os equipamentos rejeitados pertencentes a um lote aceito, provisoriamente ou definitivo, devem ser substituídos por novos equipamentos em perfeitas condições de uso, sem ônus para a CONTRATANTE.

**6.2.10.** A rejeição do lote, em virtude de falhas constatadas nas inspeções, não dispensa o fornecedor de cumprir as datas de entrega compromissadas. Se a rejeição tornar impraticável a entrega do material nas datas previstas, ou se ficar evidente que a CONTRATADA não será capaz de satisfazer as exigências estabelecidas neste termo, a CONTRATANTE se reserva ao direito de rescindir todas as obrigações e de obter o material de outro fornecedor.

## **6.3. GARANTIA**

**6.3.1.** A CONTRATADA deve apresentar documento de garantia do fabricante para o período mínimo de 5 (cinco) anos em nome do Órgão e do certame específico para este processo licitatório. O termos da garantia oferecida pelo fabricante justifica-se, visto que trata-se de equipamentos funcionaram de forma ininterrupta (24x7), e serão responsáveis pelo processamento, armazenamento de dados e sistemas críticos das unidades hospitalares e outros desta Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia – SESAB.

**6.3.2.** O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pela CONTRATADA, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações. [art. 50 do CDC].



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**6.4. TESTES**

**6.4.1.** Todos os testes de Autonomia em plena carga e demais itens que compõem o equipamento, deverão ser comprovados pela CONTRATADA.

**7. DA VIGÊNCIA DA ATA**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial da Bahia.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.**A Contratada obriga-se a:

**8.1.1.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

**8.1.2.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da entrega dos equipamentos à CONTRATANTE;

**8.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos equipamentos no Almoxarifado Central da SESAB - ALCEN, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

**8.1.4.** Entregar os equipamentos em perfeito estado (equipamentos novos de primeiro uso) e de acordo com as especificações técnicas, no prazo e local estabelecidos;

**8.1.5.** Apresentar a nota fiscal na entrega dos equipamentos, contendo marca, fabricante, modelo, tipo e procedência.

**8.1.6.** Atender ao chamado técnico e suporte à garantia dentro do prazo estipulado;

**8.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do fornecimento dos equipamentos.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.**A Contratante obriga-se a:

**9.1.1.** Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues e não conforme, com as especificações técnicas definidas no anexo I do termo de referência;

**9.1.2.** Atestar nota fiscal, estando todos equipamentos em perfeito estado e em conformidade com as especificações técnicas;

**9.1.3.** Fiscalizar o contrato e acordos estabelecidos com a CONTRATADA;

**9.1.4.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**9.1.5.** Verificar a conformidade dos equipamentos recebidos provisoriamente, com as especificações técnicas, definidas no termo de referência (anexo I), para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.1.6.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

**9.1.7.** Efetuar o pagamento do contrato no prazo previsto, condicionado a entrega dos equipamentos no prazo e local determinado e, em conformidade com as especificações técnicas.

## **10. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**10.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

**10.2.** O representante da Contratante deverá ter conhecimento ou experiência para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**10.3.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.4.** O fiscal do contrato deverá acompanhar todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**11.1.** A garantia deverá ser comprovada através de declaração do fabricante;

**11.2.** A garantia técnica dos equipamentos ofertados deverá cobrir no mínimo um período de 5 (anos) onsite fornecido pelo fabricante do equipamento ou pela revenda autorizada, na data do aceite, 24x7, com tempo de resolução de ocorrências/problemas de 8 horas, contadas a partir do registro do chamado.

**11.3.** A Manutenção Corretiva deverá ser prestada 7 dias por semana, 24 horas por dia, inclusive feriados.

**11.4.** Os serviços de manutenção e garantia deverão ser prestados no local onde o equipamento esteja instalado, limitado aos municípios pertencentes ao Estado da Bahia.

**11.5.** Os serviços de manutenção e garantia do produto deverão ser prestados em todos os municípios do Estado da Bahia, mesmo que o equipamento tenha sido remanejado para outra localidade.

**11.6.** Todo chamado não deves ultrapassar o prazo de 2 horas de resposta, contado a partir da solicitação.

**11.7.** Não deverá haver qualquer limitação para o número de solicitações de suporte de hardware.

**11.8.** A partir da detecção da necessidade de atendimento local, serão acrescidos os seguintes prazos a solução do atendimento corrente:

**11.8.1.** Salvador e Região Metropolitana: até oito (8) horas corridas contadas a partir da abertura do chamado.

**11.8.2.** Demais municípios: até quarenta e oito (48) horas corridas contadas a partir da abertura do chamado.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**11.9.** Para problemas técnicos que não podem ser resolvidos rapidamente de forma remota, o serviço de garantia do fabricante deverá enviar um técnico nas dependências da CONTRATANTE para fornecer suporte técnico aos produtos de hardware cobertos e devolvê-los a condição operacional.

**11.10.** Em todas as atividades de assistência técnica ou suporte, os técnicos da CONTRATADA deverão empregar a Língua Portuguesa, exceto no uso de termos técnicos e na utilização de textos técnicos, que poderão estar redigidos em Língua Inglesa.

**11.11.** A CONTRATADA deverá fornecer um site na WEB (indicar endereço) com as seguintes funcionalidades:

**11.11.1.** Registro e notificações automáticas de eventos dos equipamentos ofertados;

**11.11.2.** Suporte on-line;

**11.11.3.** Opção para personalização das informações de suporte técnico;

**11.11.4.** Serviço de Atendimento 24x7 através de linha telefônica 0800 do licitante (indicar na proposta) para abertura e gerenciamento de chamados técnicos e suporte de Software;

**11.12.** A garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de projeto, fabricação e desempenho dos equipamentos, quando submetidos a uso e conservação normais.

**11.13.** Durante o prazo de garantia, citado no item 7.3.1, deverão ser substituídas e/ou reparadas quaisquer partes e equipamentos defeituosos, sem ônus para a CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá repetir, às suas custas, os testes julgados necessários pela SESAB para comprovar a perfeição dos reparos executados e o bom funcionamento da unidade.

**11.14.** No caso de constatarem-se quaisquer defeitos ou deficiências nos equipamentos, materiais ou acessórios, a CONTRATANTE terá o direito de utilizá-los até que os mesmos sejam retirados e substituídos.

## **12 .DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste termo, salvo se por motivo de força maior ou caso fortuito, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor da nota fiscal limitado a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela CONTRATANTE.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** O licitante deverá informar exatamente a marca e o modelo do equipamento ofertado e os catálogos devem obrigatoriamente ser públicos, ou seja, devem estar publicados no website do fabricante.

**13.2.** A marca, o prazo de garantia, as características e, quando exigível, o modelo e a referência de cada um dos bens ofertados deverão ser informados na proposta.

**13.3.** No ato da Proposta apresentar catálogo oficial do fabricante onde se poderão conferir todas as características exigidas para o item.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**13.4.** Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita.

**13.5.** Caso o licitante não seja o próprio fabricante dos equipamentos, deverá anexar os seguintes documentos: Declaração do fabricante de que o licitante é revendedor autorizado, que todos os produtos ofertados pelo licitante são de sua fabricação (própria ou OEM), que a configuração ofertada pelo licitante é totalmente funcional, que todas as condições de garantia exigidas neste termo serão de responsabilidade do fabricante.

**13.6.** A empresa que for declarada vencedora deverá realizar a instalação dos equipamentos servidores, atualização dos firmwares, habilitação das ferramentas e monitoramentos, configuração dos discos em Raid e instalação do sistema operacional.

**13.7.** Os equipamentos devem ser novos, sem uso anterior e estar na linha de produção do fabricante e com a garantia de não serem descontinuados por um prazo mínimo de 1 (um) ano após a sua entrega.

**13.8.** A CONTRATADA deverá realizar treinamento hands-On para passagem de conhecimento referente ao equipamento e suas ferramentas;

**13.9.** A instalação dos equipamentos e o treinamento hands-on deverão ser executados por profissionais capacitados e certificados pelo fabricante na linha e modelo do equipamento ofertado.

**13.10.** A CONTRATADA deverá entregar os manuais de operação e de serviço de manutenção para cada equipamento em português do Brasil.

**13.11.** A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso durante os procedimentos de instalação e manutenção dos equipamentos ofertados.

**13.12.** A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de projeto, fabricação, instalação, montagem e desempenho dos equipamentos, software e acessórios envolvidos na implementação da solução.

**13.13.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo para a CONTRATANTE, ferramenta própria, isto é, que tenha sido desenvolvida pelo fabricante do equipamento para recebimento dos eventos monitorados e para agilizar os atendimentos proativos e reativos necessários.

#### **14. DA FORMA DE PAGAMENTO**

Através de ordem bancária a ser creditado em conta corrente, no prazo de até 08 (oito) dias úteis após a entrega do material ou execução dos serviços mediante apresentação de nota fiscal aprovada e atestada pela Contratante.





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – MICROCOMPUTADOR SERVIDOR – TIPO I E II**

**2. Características, quantitativos, cronograma/prazo de entrega e local de entrega:**

<b>Lote 01</b>					
<b>Item</b>	<b>Código SIMPAS</b>	<b>Descrição</b>	<b>UF</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Cronograma/Prazo de Entrega</b>
<b>01</b>	70.10.19.00115837-6		<b>Un</b>	<b>43</b>	no máximo 30 (trinta) dias corridos
<p>MICROCOMPUTADOR, Servidor tipo II, com processador SPECINT RATE BASE 2006 igual/superior a 400 pontos com arquitetura x 86 compatível com instruções de 64 bits.</p> <p>1. ESPECIFICAÇÃO: MICROCOMPUTADOR, tipo servidor, montagem em torre, com Licença do Microsoft Windows Server 2016 Standard Edition 64 bits, com processadores suficientes para prover índice SPECINT RATE BASE 2006 igual/superior a 400 pontos com arquitetura x86 compatível com instruções de 64 bits, mínimo de 11 MB de memória cache; 32 GB de memória padrão ECC DIMM, 2666 MT/s, DDR4 ou superior, 03 discos rígidos interno SAS ou NLSAS com capacidade de no mínimo 2 TB cada, velocidade mínima de 7.200 RPM, 02 (duas) interfaces de rede Ethernet 10/100/1000 Mb/s, DVD-ROM interno, 02 (duas) fontes de alimentação bi volt, com potência mínima de 1100W cada, 02 (dois) ventiladores internos redundantes com capacidade para refrigerar adequadamente todos os periféricos internos, 04 (quatro) portas USB, 01 unidade de backup interna ou externa com capacidade mínima de armazenamento de 500 GB sem compressão, 1 (um) teclado USB, 1 (um) mouse USB, garantia de 60 meses on site.</p> <p>2. SISTEMA OPERACIONAL 2.1. Os equipamentos deverão ser ofertados com o sistema operacional Windows Server 2016 Standard instalado e licenciado. 2.2. Acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento contendo todos os drivers de dispositivos de forma a permitir a fácil instalação do equipamento. 2.3. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2016 versões x64. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <a href="http://www.windowsservercatalog.com">http://www.windowsservercatalog.com</a>. 2.4. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6.1 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat no link: <a href="https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi">https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi</a>. 2.5. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESXi ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <a href="http://www.vmware.com/resources/compatibility">http://www.vmware.com/resources/compatibility</a>.</p> <p>3. Gabinete 3.1. Gabinete tipo torre. Deverá prover abertura do gabinete sem o uso de ferramentas (tool-less - manuseio apenas utilizando-se as mãos, de maneira simples, rápida e sem necessidade de esforços adicionais). 3.2. Duas fontes de alimentação bivolt, com potência mínima de 1100W e operar nas faixas de tensão de entrada de 110-240 VAC em 60Hz - hotswap e redundantes, com capacidade para alimentar todos os periféricos internos em sua capacidade máxima de expansão. 3.3. Mínimo de dois ventiladores internos redundantes com capacidade para refrigerar adequadamente todos os periféricos internos em sua capacidade máxima de expansão.</p>					



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

3.4. Suporte interno a 04 (quatro) ou mais discos rígidos hot-swap SAS/SATA, de 2,5 ou 3,5 .

3.5. Suporte interno a unidade DVD-ROM

4. System Board / Processador

4.1. Arquitetura x86 compatível com instruções de 32 bits e 64 bits, mínimo de 11 MB de memória cache

4.2. Suporte a, no mínimo, 1 (um) processador suficiente para prover índice SPECINT RATE BASE 2006 igual/superior a 400

4.3. Será aceita comprovação através de publicações no site [www.spec.org](http://www.spec.org) ou por declaração emitida pelo órgão SPEC.

4.4. Caso o servidor não tenha sido auditado com o número solicitado de processadores, será aceito a comprovação por meio de cálculo estimado através da expressão abaixo, com base em índice auditado pelo órgão SPEC de servidor de mesma marca e modelo com a família de processadores e mesmo fabricante da solução ofertada.

4.4.1. Índice Estimado =  $(A * B * C) / (D * E)$ , onde:

4.4.1.1. A = quantidade de núcleos para o servidor ofertado;

4.4.1.2. B = frequência de clock (em GHz) ofertada para cada processador;

4.4.1.3. C = resultado numérico auditado pelo SPECint2006 Rates em seu campo Baseline;

4.4.1.4. D = quantidade de núcleos utilizados no servidor auditado pelo órgão SPEC;

4.4.1.5. E = frequência de clock (em GHz) de cada processador utilizado no servidor auditado pelo órgão SPEC.

4.5. Não serão aceitos modelos de equipamentos não auditados pelo órgão SPEC ou que possuam índices obtidos com a utilização de equipamentos em cluster e estimativas de resultados

4.6. Processador deverá dar suporte a instruções AES (Advanced Encryption Standard)

4.7. Processador e o chipset deverão possuir instruções de virtualização e suporte a virtualização de I/O.

4.8. Memória padrão ECC DDR4 RDIMM/LDIMM de 32 GB, com recurso de proteção de erros multi-bit, instalada, expansível ao mínimo de 512 GB.

4.9. 4 (quatro) slots de expansão, sendo pelo menos uma PCI-Express Gen 3 com bus de x16 e duas PCI-Express Gen 3 com bus de x8.

5. BIOS

5.1. A BIOS deverá ser do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e eletricamente reprogramável.

5.2. Deverá mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do servidor sempre que o servidor for inicializado.

5.3. A inicialização do servidor deverá ser realizada na sequência definida pelo usuário, via CDROM e/ou disco rígido, bem como pela placa de rede através do recurso WOL (Wake on LAN).

5.4. Deverão possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o servidor e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS.

6. Interfaces

6.1. 4 (quatro) portas USB, sendo pelo menos duas delas na parte frontal do gabinete - não sendo aceito o uso de hubs.

6.2. Duas interfaces de rede Ethernet 10/100/1000 Mb/s Base-T, full-duplex, com conector RJ-45, autosense e com gerenciamento SNMP.

6.3. Uma interface para monitor externo com um conector VGA ou DVI

6.4. Uma interface gráfica com 16 MB ou superior de memória dedicados - não sendo permitida a alocação de memória de sistema para esta finalidade.

7. Controladoras

7.1. Controladora física de discos 6 Gb/s SAS/SATA, com suporte a RAID 0 e, 1 e 5. Não serão aceitas controladoras RAID por software.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

7.2. Controladora de vídeo com resolução 1024x768 pontos em 16,7 milhões de cores simultâneas.

8. Armazenamento

8.1. 03 (Três) discos rígidos internos hotswap SAS ou NLSAS, de 2,5 ou 3,5 , com capacidade individual de, no mínimo, 2 TB cada e velocidade mínima de 7.200 RPM, compatíveis com a controladora de discos SAS fornecida.

8.2. Uma unidade DVD-ROM interna, com padrão SATA e capacidade de boot.

8.3. Uma unidade interna ou externa de backup, do mesmo FABRICANTE do servidor, e com capacidade mínima de armazenamento de 500 GB sem compressão.

8.4. Cinco mídias de dados e uma mídia de limpeza, se aplicável, por servidor, da mesma tecnologia da unidade de backup ofertada.

9. Teclado e Mouse

9.1. 1 (um) teclado USB padrão ABNT

9.2. 1 (um) mouse USB ótico com dois botões e scroll

10. Cabos

10.1. Cabos elétricos em quantidade suficiente para o número de equipamentos e fontes fornecidos, no padrão BR14136.

11. Softwares

11.1. Licença do Microsoft Windows Server 2016 Standard Edition 64 bits ou versão equivalente mais recente, licenciado para o equipamento ofertado.

11.2. Software, do mesmo FABRICANTE do servidor, para gerenciamento, automação da instalação, configuração e recuperação do sistema operacional e drivers dos periféricos fornecidos.

11.3. Gerenciamento remoto realizado através de interface gráfica amigável.

12. Software de Gerenciamento

12.1. Ser do mesmo FABRICANTE do servidor e possuir os recursos descritos a seguir.

12.2. Monitoramento de falhas dos componentes.

12.3. Capacidade de configuração e execução do inventário de configuração, CPU, memória e discos.

12.4. Capacidade de configuração, monitoração e gerenciamento remoto através da rede local.

12.5. Interface de gerenciamento remoto com as seguintes características:

12.5.1. Integrada na placa-mãe ou através de placa em slot dedicado;

12.5.2. Interface de rede padrão Ethernet 10/100 Mb/s

12.5.3. Monitoramento contínuo do servidor (CPU, memória, discos, fontes de alimentação, ventiladores e demais componentes) e apresentação dos resultados, on-line, em uma console web gráfica;

12.5.4. Envio de alertas automáticos - através de destinatário SNMP ou e-mail (SMTP);

12.5.5. Captura de pelo menos a última tela de erro durante a execução do sistema operacional;

12.5.6. Redirecionamento da console web para administração/gerenciamento gráfico remoto;

12.5.7. Power-On e Power-Off remotos;

12.5.8. Update de firmware remoto;

12.5.9. Atualização de firmware

12.5.10. Configuração de hardware.

12.5.11. Prevenção à falha abrangendo, no mínimo, memória e discos.

13. GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO

13.1. Os equipamentos ofertados deverão possuir placa de gerenciamento remoto que possibilite o gerenciamento out-of-band através de porta RJ45, não sendo essa nenhuma das interfaces de controladora de rede.

13.2. Deve permitir que administradores de suporte a TI possam executar tarefas de gerenciamento



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

remoto por hardware fora de banda ou out of band no parque instalado de máquinas, totalmente independente do estado de operação do hardware e do sistema operacional, inclusive com os mesmos inoperantes ou desligados.

13.3. O fabricante do equipamento deve disponibilizar software de gerenciamento e inventário que permita o gerenciamento centralizado dos equipamentos ofertados através da rede LAN por meio de console de gerenciamento WEB. A solução deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

#### 14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

14.1. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em embalagem lacrada do próprio fabricante.

14.2. Os equipamentos deverão pertencer a linha corporativa do fabricante, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico.

14.3. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

14.4. Possuir 1 unidade de backup interna ou externa com capacidade mínima de armazenamento de 500 GB sem compressão, acompanhados de, no mínimo, 05 (cinco) mídias de 500 GB.

14.5. A garantia deste item deverá ser a mesma do equipamento ofertado.

#### 15. GARANTIA

15.1. Os equipamentos devem possuir garantia padrão por um período mínimo de 60 (sessenta) meses para reposição de peças danificadas, mão de obra de assistência técnica e suporte.

15.2. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente ON-SITE.

15.3. A CONTRATADA ou FABRICANTE devem possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

15.4. O atendimento deve ser realizado em regime 24x7 para hardware.

15.5. O prazo máximo para atendimento do chamado deve ser de até 24 horas após a sua abertura.

15.6. A garantia deverá ser confirmada através de declaração do fabricante apresentada na proposta de preços, sob pena de desclassificação.

15.7. A CONTRATADA ou FABRICANTE também devem oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como chat, e-mail e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e hotfixes de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo.

15.8. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema.

15.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série.

15.10. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a CONTRATANTE. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto.

#### 16. Compatibilidades

16.1. Apresentar relatório HCL (Hardware Compability List - <http://www.windoesservercatalog.com/>), comprovando que o equipamento é desenhado ou compatível com o Microsoft Windows 2016 Server na categoria x64.

16.2. O servidor ofertado deve estar certificado no HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6 a ser comprovado através do link <https://hardware.redhat.com>

16.3. O servidor ofertado deverá estar certificado no HCL da VMWare para o software de virtualização



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

VMware Infrastructure - ESX Server 4.1 ou superior a ser comprovado através do link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility/search.php?action=base&deviceCategory>  
16.4. Os equipamentos ofertados devem estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, deve ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente.  
16.5. A vencedora deverá anexar a proposta de preços tabela comparativa indicando as páginas de comprovação de cada item solicitado no edital.

<b>LOTE 02</b>					
<b>Item</b>	<b>Código SIMPAS</b>	<b>Descrição</b>	<b>UF</b>	<b>Quantit ativo</b>	<b>Cronograma/Prazo de Entrega</b>
<b>01</b>	70.10.19.00115838-4		<b>Un</b>	<b>47</b>	no máximo 30 (trinta) dias corridos

MICROCOMPUTADOR, SERVIDOR - TIPO I, com processador SPECINT RATE BASE 2006 igual/superior a 200 pontos com arquitetura x86 compatível com instruções de 64 bits.

1. ESPECIFICAÇÃO:

MICROCOMPUTADOR, tipo servidor, montagem em torre, com Licença do Microsoft Windows Server 2016 Standard Edition 64 bits, com processadores suficientes para prover índice SPECINT RATE BASE 2006 igual/superior a 200 pontos com arquitetura x86 compatível com instruções de 64 bits, mínimo de 11 MB de memória cache; 16 GB de memória padrão ECC DIMM, 2666 MT/s, DDR4 ou superior, 03 discos rígidos interno SAS ou NLSAS com capacidade de no mínimo 1 TB cada, velocidade mínima de 7.200 RPM, 02 (duas) interfaces de rede Ethernet 10/100/1000 Mb/s, DVD-ROM interno, 02 (duas) fontes de alimentação bi volt, com potência mínima de 1100W cada, 02 (dois) ventiladores internos redundantes com capacidade para refrigerar adequadamente todos os periféricos internos, 04 (quatro) portas USB, 01 unidade de backup interna ou externa com capacidade mínima de armazenamento de 500 GB sem compressão, 1 (um) teclado USB, 1 (um) mouse USB, garantia de 60 meses on site.

2. SISTEMA OPERACIONAL

2.1. Os equipamentos deverão ser ofertados com o sistema operacional Windows Server 2016 Standard instalado e licenciado.

2.2. Acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento contendo todos os drivers de dispositivos de forma a permitir a fácil instalação do equipamento.

2.3. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2016 versões x64. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>.

2.4. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6.1 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat no link: <https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi>.

2.5. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESXi ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility>.

3. Gabinete

3.1. Gabinete tipo torre. Deverá prover abertura do gabinete sem o uso de ferramentas (tool-less - manuseio apenas utilizando-se as mãos, de maneira simples, rápida e sem necessidade de esforços adicionais).

3.2. Duas fontes de alimentação bivolt com potência mínima de 1100W e operar nas faixas de tensão de entrada de 110-240 VAC em 60Hz - hotswap e redundantes, com capacidade para alimentar todos os periféricos internos em sua capacidade máxima de expansão.

3.3. Mínimo de dois ventiladores internos redundantes com capacidade para refrigerar adequadamente



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

todos os periféricos internos em sua capacidade máxima de expansão.

3.4. Suporte interno a 04 (quatro) ou mais discos rígidos hot-swap, de 2,5 ou 3,5.

3.5. Suporte interno a unidade DVD-ROM

4. System Board / Processador

4.1. Arquitetura x86 compatível com instruções de 32 bits e 64 bits, mínimo de 11 MB de memória cache

4.2. Suporte a, no mínimo, 1 (um) processador suficiente para prover índice SPECINT RATE BASE 2006 igual/superior a 200 pontos.

4.3. Será aceita comprovação através de publicações no site [www.spec.org](http://www.spec.org) ou por declaração emitida pelo órgão SPEC.

4.4. Caso o servidor não tenha sido auditado com o número solicitado de processadores, será aceito a comprovação por meio de cálculo estimado através da expressão abaixo, com base em índice auditado pelo órgão SPEC de servidor de mesma marca e modelo com a família de processadores e mesmo fabricante da solução ofertada.

4.4.1. Índice Estimado =  $(A * B * C) / (D * E)$ , onde:

4.4.1.1. A = quantidade de núcleos para o servidor ofertado;

4.4.1.2. B = frequência de clock (em GHz) ofertada para cada processador;

4.4.1.3. C = resultado numérico auditado pelo SPECint2006 Rates em seu campo Baseline;

4.4.1.4. D = quantidade de núcleos utilizados no servidor auditado pelo órgão SPEC;

4.4.1.5. E = frequência de clock (em GHz) de cada processador utilizado no servidor auditado pelo órgão SPEC.

4.5. Não serão aceitos modelos de equipamentos não auditados pelo órgão SPEC ou que possuam índices obtidos com a utilização de equipamentos em cluster e estimativas de resultados

4.6. Processador deverá dar suporte a instruções AES (Advanced Encryption Standard)

4.7. Processador e o chipset deverão possuir instruções de virtualização e suporte a virtualização de I/O.

4.8. Memória padrão ECC DDR4 RDIMM/LDIMM de 16 GB, com recurso de proteção de erros multi-bit, instalada, expansível ao mínimo de 512 GB.

4.9. 4 (quatro) slots de expansão, sendo pelo menos uma PCI-Express Gen 3 com bus de x16 e duas PCI-Express Gen 3 com bus de x8.

5. BIOS

5.1. A BIOS deverá ser do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e eletricamente reprogramável.

5.2. Deverá mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do servidor sempre que o servidor for inicializado.

5.3. A inicialização do servidor deverá ser realizada na sequência definida pelo usuário, via CDROM e/ou disco rígido, bem como pela placa de rede através do recurso WOL (Wake on LAN).

5.4. Deverão possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o servidor e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS.

6. Interfaces

6.1. 4 (quatro) portas USB, sendo pelo menos duas delas na parte frontal do gabinete - não sendo aceito o uso de hubs.

6.2. Duas interfaces de rede Ethernet 10/100/1000 Mb/s Base-T, full-duplex, com conector RJ-45, autosense e com gerenciamento SNMP.

6.3. Uma interface para monitor externo com um conector VGA ou DVI

6.4. Uma interface gráfica com 16 MB ou superior de memória dedicados - não sendo permitida a alocação de memória de sistema para esta finalidade.

7. Controladoras

7.1. Controladora física de discos 6 Gb/s SAS/SATA, com suporte a RAID 0 e, 1 e 5.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

7.2. Controladora de vídeo com resolução 1024x768 pontos em 16,7 milhões de cores simultâneas.

8. Armazenamento

8.1. 03 (Tres) discos rígidos internos hotswap SAS OU NLSAS, de 2,5 ou 3,5, com capacidade individual de, no mínimo, 1 TB cada e velocidade mínima de 7.200 RPM, compatíveis com a controladora de discos SAS/SATAS fornecida.

8.2. Uma unidade DVD-ROM interna, com padrão SATA e capacidade de boot.

8.3. Uma unidade interna ou externa de backup, do mesmo FABRICANTE do servidor, e com capacidade mínima de armazenamento de 500 GB sem compressão.

8.4. Cinco mídias de dados e uma mídia de limpeza, se aplicável, por servidor, da mesma tecnologia da unidade de backup ofertada.

9. Teclado e Mouse

9.1. 1 (um) teclado USB padrão ABNT

9.2. 1 (um) mouse USB ótico com dois botões e scroll

10. Cabos

10.1. Cabos elétricos em quantidade suficiente para o número de equipamentos e fontes fornecidos, no padrão BR14136.

11. Softwares

11.1. Licença do Microsoft Windows Server 2016 Standard Edition 64 bits ou versão equivalente mais recente, licenciado para o equipamento ofertado.

11.2. Software, do mesmo FABRICANTE do servidor, para gerenciamento, automação da instalação, configuração e recuperação do sistema operacional e drivers dos periféricos fornecidos.

11.3. Gerenciamento remoto realizado através de interface gráfica amigável.

12. Software de Gerenciamento

12.1. Ser do mesmo FABRICANTE do servidor e possuir os recursos descritos a seguir.

12.2. Monitoramento de falhas dos componentes.

12.3. Capacidade de configuração e execução do inventário de configuração, CPU, memória e discos.

12.4. Capacidade de configuração, monitoração e gerenciamento remoto através da rede local.

12.5. Interface de gerenciamento remoto com as seguintes características:

12.5.1. Integrada na placa-mãe ou através de placa em slot dedicado;

12.5.2. Interface de rede padrão Ethernet 10/100 Mb/s

12.5.3. Monitoramento contínuo do servidor (CPU, memória, discos, fontes de alimentação, ventiladores e demais componentes) e apresentação dos resultados, on-line, em uma console web gráfica;

12.5.4. Envio de alertas automáticos - através de destinatário SNMP ou e-mail (SMTP);

12.5.5. Captura de pelo menos a última tela de erro durante a execução do sistema operacional;

12.5.6. Redirecionamento da console web para administração/gerenciamento gráfico remoto;

12.5.7. Power-On e Power-Off remotos;

12.5.8. Update de firmware remoto;

12.5.9. Atualização de firmware

12.5.10. Configuração de hardware.

12.5.11. Prevenção à falha abrangendo, no mínimo, memória e discos.

13. GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO

13.1. Os equipamentos ofertados deverão possuir placa de gerenciamento remoto que possibilite o gerenciamento out-of-band através de porta RJ45, não sendo essa nenhuma das interfaces de controladora de rede.

13.2. Deve permitir que administradores de suporte a TI possam executar tarefas de gerenciamento



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

remoto por hardware fora de banda ou out of band no parque instalado de máquinas, totalmente independente do estado de operação do hardware e do sistema operacional, inclusive com os mesmos inoperantes ou desligados.

13.3. O fabricante do equipamento deve disponibilizar software de gerenciamento e inventário que permita o gerenciamento centralizado dos equipamentos ofertados através da rede LAN por meio de console de gerenciamento WEB. A solução deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

#### 14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

14.1. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em embalagem lacrada do próprio fabricante.

14.2. Os equipamentos deverão pertencer a linha corporativa do fabricante, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico.

14.3. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

14.4. Possuir 1 unidade de backup interna ou externa com capacidade mínima de armazenamento de 500 GB sem compressão, acompanhados de, no mínimo, 05 (cinco) mídias de 500 GB.

14.5. A garantia deste item deverá ser a mesma do equipamento ofertado.

#### 15. GARANTIA

15.1. Os equipamentos devem possuir garantia padrão por um período mínimo de 60 (sessenta) meses para reposição de peças danificadas, mão de obra de assistência técnica e suporte.

15.2. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente ON-SITE.

15.3. A CONTRATADA ou FABRICANTE devem possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

15.4. O atendimento deve ser realizado em regime 24x7 para hardware.

15.5. O prazo máximo para atendimento do chamado deve ser de até 24 horas após a sua abertura.

15.6. A garantia deverá ser confirmada através de declaração do fabricante apresentada na proposta de preços, sob pena de desclassificação.

15.7. A CONTRATADA ou FABRICANTE também devem oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como chat, e-mail e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e hotfixes de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo.

15.8. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema.

15.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série.

15.10. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a CONTRATANTE. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto.

#### 16. Compatibilidades

16.1. Apresentar relatório HCL (Hardware Compability List - <http://www.windoesservercatalog.com/>), comprovando que o equipamento é desenhado ou compatível com o Microsoft Windows 2016 Server na categoria x64.

16.2. O servidor ofertado deve estar certificado no HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6 a ser comprovado através do link <https://hardware.redhat.com>

16.3. O servidor ofertado deverá estar certificado no HCL da VMWare para o software de virtualização





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

VMware Infrastructure - ESX Server 6.0 ou superior a ser comprovado através do link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility/search.php?action=base&deviceCategory>  
16.4. Os equipamentos ofertados devem estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, deve ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente.  
16.5. A vencedora deverá anexar a proposta de preços tabela comparativa indicando as páginas de comprovação de cada item solicitado no edital.

**2.1 Local de entrega:** Os equipamentos deverão ser entregues no Almojarifado Central da SESAB - ALCEN, localizado à Via Centro, 394 – CONJ HAB – CIA II, Simões Filho – BA. - CEP 43.700-00.

**2.2 Âmbito do registro:** o âmbito deste registro de preços é o designado abaixo:  
(  ) ESTADUAL

**2.3 Unidades contratantes:** poderão contratar os itens constantes deste registro de preços os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado da Bahia.

### 3. Especificações:

**3.1 Garantia Técnica:** [NOTA: assinalar e excluir a opção descartada]

[NOTA: com necessidade de acréscimo de garantia]

(  ) **3.1** O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, I e II do CDC).

**3.1.1** Deverá ser acrescido ao prazo da garantia legal, a garantia contratual de 05 anos. (**Conforme Termo de Referência.**)

#### Justificativa:

Visto que trata-se de equipamentos funcionaram de forma ininterrupta (24x7), e serão responsáveis pelo processamento, armazenamento de dados e sistemas críticos das unidades hospitalares e outros desta Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia – SESAB.

**3.1.2** A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito (art. 50 do CDC).

**3.2** O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste, a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada, bem como os ônus a cargo do Contratante, devendo ser entregue devidamente preenchido, pela Contratada, no ato do fornecimento, acompanhada de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática, com ilustrações (art. 50, parágrafo único, do CDC).

**3.3 Condições de entrega:** Conforme Termo de Referência

**3.4 Disposições adicionais:** Conforme Termo de Referência

### 4. Responsável pelas informações constantes do termo de referência:

Servidor responsável: Klaus Andrade Reinel/ Odirlei de Oliveira Marques  
Lotação: Coordenação de Suporte Técnico



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**SEÇÃO III**  
**ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA**

[pregão eletrônico sem orçamento sigiloso]

(x ) Para efeito do art. 81, II, da Lei estadual nº 9.433/05, o orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários é o descrito abaixo, os quais correspondem ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.

[AQUISIÇÕES- PREGÃO]

LOTES	Código SIMPAS	Descrição	(UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO GLOBAL R\$	DEGRAU
01	70.10.19.00115837-6	MICROCOMPUTADOR, Servidor tipo II	Un	43	61.844,06	2.659.294,58	0,01
02	70.10.19.00115838-4	MICROCOMPUTADOR, SERVIDOR - TIPO I	Un	47	54.862,26	2.578.526,22	0,01
					<b>VALOR ESTIMADO TOTAL</b>	<b>R\$ 5.237.820,80</b>	



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**SEÇÃO IV**  
**MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA**

**1. Modelo de descrição da proposta de preços**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

<b>[AQUISIÇÕES]</b>				
<b>LOTE /ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO (A)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO (B)</b>	<b>PREÇO TOTAL (A X B)</b>
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)				R\$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA				(        ) DIAS <b>[≥60]</b>

**[NOTA: Texto de referência, devendo ser adaptado conforme a licitação]**

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**SEÇÃO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE**  
**INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

**[Identificação completa do representante da licitante]**, como representante devidamente constituído de **[Identificação completa da licitante]**, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

**Declaro**, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas nos arts. 18 e 125 da Lei estadual nº 9.433/05, quais sejam:

**Art. 18** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado; III - servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; IV - demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 desta Lei, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

§ 1º - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação ou na execução da obra ou serviço, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º - O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo.

§ 3º - Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos membros da comissão de licitação.

**Art. 125** - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

**Parágrafo único** - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**SEÇÃO VI**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

**SEÇÃO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**

**[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição  
(  ) **de microempresa** [ou] (  ) **de empresa de pequeno porte**  
e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

**SEÇÃO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**  
**E DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS**

---

**[EXCLUSIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL]**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento ao art. 120, II da Lei estadual nº 9.433/05 e ao art. 18, §4º do Decreto nº 19.896/20, e em face do quanto disposto no art. 184, inc. V, e no art. 195 da Lei estadual nº 9.433/05, declaro:

( ) o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.**

[ou]

**[exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]**

( ) o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação**, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal e/ou trabalhista.

Declaro, ainda, a veracidade dos documentos por mim apresentados, sob as penas da lei.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

**PARTE II – HABILITAÇÃO**

---

**SEÇÃO I**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

**1. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:**

**1.1 Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação:

( x ) **Para pessoas jurídicas:**

- a) de registro público, no caso de empresário individual.
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**1.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

( x ) **Para pessoas jurídicas:**

**1.2.1. Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte ( x ) **Estadual – aquisição**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS.
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

1.2.1.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **Declaração Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista**, conforme o modelo da **PARTE II** deste instrumento.

**1.2.2 Regularidade trabalhista, mediante a apresentação de:**

- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **Declaração Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista**, conforme o modelo da **PARTE II** deste instrumento.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**1.3 Qualificação Técnica**, comprovada através de: **[NOTA: excluir o que não será exigido, renumerando]**

**[AQUISIÇÕES]**

- a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento (art. 101, II, c/c §5º).

- ( x ) a.1 Para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante, será considerada satisfatória a comprovação da execução de no mínimo **30%** previstos no Termo de Referência.

**JUSTIFICATIVA:**

Visto que se trata de equipamento indispensável ao armazenamento e processamento de dados das unidades de saúde da SESAB.

**1.4 Qualificação econômico-financeira:**

**[Contratações de caráter geral, conforme a Instrução SAEB nº 036/2020]**

( X ) **exigível (contratação de caráter geral)**

( X ) contratação de bens

- I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, observadas as seguintes disposições:

- a) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultado maior que 1 (um).  
b) O cálculo dos índices será feito com base nos valores extraídos do balanço patrimonial ou, para as licitantes cadastradas, se disponível, através de consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores, utilizando as seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{Liquidez Geral (LG)} &= \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})} \\ \text{Solvência Geral (SG)} &= \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});} \\ \text{Liquidez Corrente (LC)} &= \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})} \end{aligned}$$

- c) As licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do §2º do art. 102 da Lei nº 9.433/05.  
d) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

I.1 O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

I.2 A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

I.3 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira da licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, **observada a ordem seqüencial dos lotes** constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pela licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

II - certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

**1.5 Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante da **SEÇÃO IV DA PARTE II** deste instrumento.

**2. Regras acerca da participação de matriz e filial**

- Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

**3.** A licitante deverá incluir no envelope de habilitação os documentos acima relacionados, sob pena de inabilitação, sendo-lhe facultado apresentar, alternativamente, o Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, que possibilitará a substituição dos documentos de habilitação, na forma indicada neste instrumento.

3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, a licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação

3.2 No pregão eletrônico, os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme o disposto na Parte Fixa – Rito do procedimento licitatório e da contratação.

---

**SEÇÃO II**

**CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC/CRS**

---

**1. Pressupostos para participação (inscrição facultativa ou obrigatória no Registro Cadastral/SAEB):**

(  ) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual. **[Pregão eletrônico]**

**2. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:**

2.1 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema de registro, **exceto os concernentes à Qualificação Técnica.**

2.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pelo órgão licitante.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**SEÇÃO III**  
**MODELOS DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

**[AQUISIÇÕES]**

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, forneceu a esta instituição os materiais abaixo referidos, atendendo integralmente as  
especificações contratadas quanto ao prazo de entrega, quantidade e qualidade, inexistindo, até a presente data,  
registros negativos que comprometam o fornecimento.

<b>Especificação</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Prazo de entrega</b>

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

**SEÇÃO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**

---

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

( ) nem menor de 16 anos.

**ou**

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

---

**SEÇÃO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**  
**(LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**

---

**[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
**QUE TENHA RESTRIÇÃO NA REGULARIDADE FISCAL E/OU TRABALHISTA]**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento ao disposto no instrumento convocatório acima identificado, **declaro**, para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06

Haver restrição na comprovação da nossa regularidade ( ) fiscal ( ) trabalhista, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da declaração do vencedor.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

---

**PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS**

---

---

**SEÇÃO I**  
**AMOSTRAS/DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE**

---

[AQUISIÇÕES]

Não se exigirá a apresentação de **amostras**

**1.** Será exigida a apresentação de **amostras** [NOTA: somente admitir em casos em que seja **imprescindível**]

**2. Critério objetivo de avaliação da amostra:** Para efeito de aceitação do bem, os parâmetros são os abaixo relacionados: [NOTA: item a ser complementado pelo setor técnico competente]

2.1.1 requisitos:

2.1.2 prazo para apresentação:

---

**SEÇÃO II**  
**PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

---

Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

---

**SEÇÃO III**  
**PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

---

Não poderão participar cooperativas nesta licitação.

---

**SEÇÃO IV**  
**AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS** [NOTA: TIPO TÉCNICA E PREÇO]

---

Não se aplica



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

**SEÇÃO V**  
**RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS**  
**E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

---

- (X ) Não se aplica [**NOTA: licitações restritas a ME e EPP, serviços e hipóteses do art. 49 da LC nº 123/06**]  
( ) Sim [**NOTA: aquisições divisíveis em licitações de ampla participação**]

1. Será reservada a cota de ( ) [**≤ 25%**] do quantitativo licitado, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/06.
2. A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.
3. A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.
4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. [Art. 8, §2º, do Decreto nº 12.678/2011]
5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

**SEÇÃO VI**

**ADESÃO POSTERIOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)**

---

- ( ) NÃO PODERÁ HAVER ADESÃO POSTERIOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO
- ( X ) PODERÁ HAVER ADESÃO POSTERIOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO, DEVENDO SER OBSERVADOS OS SEGUINTE LIMITES QUANTITATIVOS E AS REGRAS DEFINIDAS NA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS INTEGRANTE DA PARTE V.

**1.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**2.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, **ao dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

---

**PARTE IV – CONTRATO**

---

---

**MINUTA DO CONTRATO**

---

---

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA E A [PESSOA JURÍDICA], PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.**

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). \_\_\_\_\_, titular da Secretaria \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **[PESSOA JURÍDICA]**, CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual/Municipal nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, emitida por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, adjudicatária do [pregão presencial/eletrônico] nº \_\_\_\_\_, processo administrativo nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, bem como pela legislação específica, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a [aquisição de \_\_\_\_\_], de acordo com as especificações do Termo de Referência do instrumento convocatório e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente.

§1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros. **[NOTA: subcontratação vedada]**

**[OU]**

§3º É admitida a subcontratação de parte do objeto, qual seja: \_\_\_\_\_ **[indicar]**, ficando esclarecido que o CONTRATANTE não se responsabiliza por nenhum compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros. **[NOTA: subcontratação admitida]**

**[AQUISIÇÕES]**

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO**

O prazo de vigência do contrato, a contar da data ( ) da sua assinatura ( ) da subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM, será de \_\_\_\_\_ ( ) meses/dias, sem prejuízo do período de garantia técnica. **[AQUISIÇÕES]**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

§1º A entrega se dará:

( ) imediatamente (até 15 dias – art. 82 da Lei estadual nº 9.433/05).

( ) conforme as especificações definidas no Termo de Referência do instrumento convocatório.

§2º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA

( ) Não exigível

( ) A garantia contratual será de ( ) [**≤ 5%**] do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para o seguro-garantia e a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização de pagamento.

§2º A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.

§3º A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

§4º No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

§5º A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

§6º Será recusada a garantia que não atender às especificações solicitadas, devendo ser notificada a CONTRATADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sane a incorreção apontada ou, no caso de títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, promova a substituição por caução em dinheiro.

§7º O retardamento, a falta da apresentação ou a não substituição da garantia impedirá a realização do pagamento das faturas apresentadas, sem prejuízo da incidência de multa moratória, da rescisão do contrato nos termos do art. 167, inc. III, da Lei nº 9.433/05 e das demais cominações legais.

§8º A devolução da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas.

### CLÁUSULA QUARTA –FORMA DE FORNECIMENTO

( ) **Aquisição** com fornecimento ( ) único ( ) Parcelado

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos bens efetivamente entregues, os valores abaixo especificados:





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

[AQUISIÇÕES]

LOTE ____						
ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1						
2						
3						
				VALOR ESTIMADO TOTAL		

[NOTA: caso a planilha seja extensa, pode-se fazer uso de tabela anexa]

§1º Estima-se para o contrato o valor global de R\$

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações. [NOTA: Excepcionar esta cláusula, quando algum tipo fornecimento for de responsabilidade do CONTRATANTE]

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

[AQUISIÇÕES]

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- II. fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- III. zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- IV. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- V. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

- VI. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- VII. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- VIII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente contrato;
- IX. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- X. promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;
- XI. executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- XII. trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- XIII. oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
- XIV. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa do objeto do contrato;
- XV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- XVI. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato.
- XVII. providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br), para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

**Parágrafo único.** Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA deverá atender às seguintes obrigações específicas: **[NOTA: excluir, caso não haja outras obrigações]**

- a)
- b)

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- III. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.

**CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

- §1º** O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº9.433/05.
- §2º** Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º** Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais: **[NOTA: acrescentar, se necessário, atividades específicas do objeto contratual]**
- I. exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
  - II. rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado;
  - III. relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
  - IV. dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato.
- §4º** Fica indicada como a área responsável pela gestão do contrato: \_\_\_\_\_ **[NOTA: indicar a área respectiva].**
- §5º** Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor \_\_\_\_\_, matrícula: \_\_\_\_\_ **[NOTA: alternativamente, a nomeação do gestor do contrato pode ser feita por portaria]**
- §6º** Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): \_\_\_\_\_ matrícula: \_\_\_\_\_ **[NOTA: alternativamente, a nomeação do fiscal e/ou comissão pode ser feita por portaria]**

**CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

O recebimento do objeto, consistente na aferição da efetiva prestação do serviço, realização da obra, entrega do bem ou de parcela destes, se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:

**[AQUISIÇÕES OU SERVIÇOS (EXCETO ENGENHARIA)]**

- I. se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
  - II. quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.
- §1º** Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
- §2º** Na hipótese de não ser lavrado o termo circunstanciado ou de não ser procedida a verificação dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados ao CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos
- §3º** O recebimento definitivo de compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.
- §4º** Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispendo o TERMO DE REFERÊNCIA de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.
- §5º** Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:
- I. gêneros perecíveis e alimentação preparada;
  - II. serviços profissionais;



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

- III. serviços de valor até o limite previsto para compras e serviços, que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
- §6º Salvo disposições em contrário constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
- §7º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.
- §8º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- §9º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.
- §2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- §3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.
- §4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
- §5º O processo de pagamento, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, o que poderá ser aferido mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais, considerando-se como marco final desta demonstração a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo.
- §6º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- §7º Em caso de mora nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, será observado o que se segue:
- I. a atualização monetária será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*;
  - II. nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 15 (quinze) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.
- §8º Optando a CONTRATADA por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada no **caput**, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis durante o prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

- §1º Após o prazo de 12 meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- §3º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.
- §4º A revisão de preços pode ser instaurada pelo CONTRATANTE quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme o art. 143, inc. II, alínea "e", da Lei estadual nº 9.433/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

- §1º A admissão da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o CONTRATANTE, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.
- §2º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:
- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
  - II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
  - III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – PENALIDADES**

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- §1º Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.
- §2º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

- §3º** Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §4º** A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.
- §5º** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – SANÇÃO DE MULTA**

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º** Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:
- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
  - II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
  - III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.
- §2º** Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, será observado o que se segue:
- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
  - II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
  - III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
  - IV. Caso não seja possível identificar o valor ou custo da obrigação acessória descumprida, a multa será arbitrada pelo CONTRANTE, em valor que não supere 1% da sanção pecuniária que seria cabível pelo descumprimento da obrigação principal.
- §3º** Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.
- §4º** Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- §5º** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- §6º** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- §7º** Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

§8º Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório, referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive anexos e adendos, e na proposta da licitante vencedora.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a CONTRATADA poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.290, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

**Parágrafo único.** A CONTRATADA deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – FORO**

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha (nome/CPF)**

Declaro que a [[Autorização para Fornecimento de Material – AFM](#)] foi subscrita no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome, cargo e cadastro do declarante)

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha (nome/CPF)**

Declaro que o extrato do contrato foi publicado no DOE de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome, cargo e cadastro do declarante)



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**PARTE V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

[NOTA: incluir, exclusivamente, no SRP]

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). \_\_\_\_\_, titular da Secretaria \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, doravante denominado **ESTADO**, e os proponentes **[PESSOA JURÍDICA]**, CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual (serviços do art. 155 da CF) /Municipal nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, emitida por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominados **FORNECEDORES**, em decorrência do [pregão presencial/eletrônico] nº \_\_\_\_\_, processo administrativo nº \_\_\_\_\_, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em proveito dos órgãos e entidades vinculados ao registro de preços, aqui denominados **UNIDADES CONTRATANTES**, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, pelo Decreto estadual nº 19.252/19, bem como pela legislação específica pertinente ao objeto licitado, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**1. Objeto**

1.1 O objeto desta ata é o registro de preços decorrentes do procedimento licitatório grafado no preâmbulo, conforme especificações, condições gerais, prazos e quantitativos constantes do instrumento convocatório, que a este termo integram como se literalmente transcritos, assim como o conteúdo da proposta apresentada pela licitante.

1.2 Nos termos do art. 17, §1º, do Decreto estadual nº 19.252/19, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o aumento de que trata o art. 143, §1º, da Lei estadual nº 9.433/05.

**2. Órgão gerenciador e participantes**

2.1 O órgão gerenciador deste registro de preços é a \_\_\_\_\_ [NOTA: ESPECIFICAR]

2.2 São órgãos participantes os seguintes órgãos e entidades: [NOTA: ESPECIFICAR]

2.3 O cadastro de reserva será composto consoante o disposto no art. 16 do Decreto estadual nº 19.252/19, e formalizado mediante a juntada da ata da sessão pública da licitação, a qual será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

**3. PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO:**

3.1 O PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO SERÁ DE 01 (UM) ANO, IMPRORROGÁVEL.

[ou]

3.1 O PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO SERÁ DE \_\_\_\_\_ ( ) [≤ A 11 MESES], PODENDO SER PRORROGADO ATÉ COMPLETAR UM ANO.

3.1.1 SENDO O PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO INFERIOR A 01 (UM ANO), SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA COMPLETAR ESTE PRAZO, DESDE QUE PREVISTA NO EDITAL, SEMPRE QUE AS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO CONTINUAREM SE MOSTRANDO VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO.

3.2 DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS, AS PROPOSTAS SELECIONADAS FICARÃO À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE EFETUE AS CONTRATAÇÕES NAS OPORTUNIDADES E QUANTIDADES DE QUE NECESSITAR, SEGUNDO A CONVENIÊNCIA DOS ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES CONTRATANTES, ATÉ O LIMITE ESTABELECIDO.

3.3 A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELES PODERÃO ADVIR, FICANDO-LHE FACULTADA A UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO RELATIVA ÀS LICITAÇÕES, SENDO ASSEGURADO AO BENEFICIÁRIO DO REGISTRO A PREFERÊNCIA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

#### 4. Preço

4.1 Os preços a serem praticados encontram-se especificados no **Anexo Único** desta Ata.

4.2 Nos preços registrados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do FORNECEDOR, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações. **[Excepcionar esta cláusula, quando algum tipo fornecimento for de responsabilidade das UNIDADES CONTRATANTES]**

4.3 O órgão gerenciador disponibilizará no *site* oficial de compras eletrônicas do Estado da Bahia os preços registrados, para orientação dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

4.4 Em nenhuma hipótese serão registrados preços incompatíveis com os preços correntes no mercado ou fixados pela Administração Pública Estadual ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais

4.5 O órgão gerenciador realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

#### 5. Dotação orçamentária

5.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária concernente às UNIDADES CONTRATANTES, devendo cada contratação ser precedida da emissão da declaração de compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

#### 6. Contratação

6.1 A contratação com o FORNECEDOR obedecerá as condições do instrumento convocatório e da minuta de contrato dele constante, que a esta ata integram independentemente de transcrição, especialmente as disposições quanto: ao objeto; ao prazo de vigência contratual; à prestação de garantia; ao regime de execução ou forma de fornecimento; às obrigações das partes; à fiscalização do contrato; ao recebimento do objeto; às condições de pagamento; à manutenção das condições da proposta; às alterações contratuais; à inexecução e rescisão e penalidades.

6.1.1 A critério da Administração, é facultada a substituição do contrato por instrumento equivalente, Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, conforme o caso, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei estadual nº 9.433/05.

6.1.2 Considerar-se-ão literalmente transcritas no instrumento equivalente todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante do convocatório.

6.1.3 As UNIDADES CONTRATANTES poderão solicitar ao fornecedor, dentro do prazo de validade do Registro de Preços, os quantitativos dos materiais ou serviços de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos neste edital e a ordem de classificação das propostas.

**6.1.4** A ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique, ainda que temporariamente, o cumprimento da ata de registro de preços, deverá ser comunicada pelo fornecedor antes do pedido de fornecimento, o qual ficará liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e alegações apresentadas. **[NOTA: conforme §1º do art. 14 do Decreto nº 19.252/19].**

**6.1.5** - Na hipótese do item 6.1.4, alternativamente ao cancelamento do item registrado, poderá ser admitida a substituição da marca do produto por outro de qualidade equivalente ou superior, mediante parecer técnico fundamentado, no qual seja demonstrado o atendimento das especificações e dos requisitos pertinentes ao objeto, bem como a adequação do preço, vedada a fixação de valor superior ao anteriormente registrado. **[NOTA: conforme §2º do art. 14 do Decreto nº 19.252/19].**

6.2 O FORNECEDOR será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo fixado no edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

6.2.1 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal do FORNECEDOR ou mandatário com poderes expressos.

6.2.2 A recusa injustificada do fornecedor em subscrever o termo de contrato ou instrumento equivalente ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas. **[NOTA: conforme §1º do art. 25 do Decreto nº 19.252/19]**

6.2.3 Equipara-se à recusa prevista no item 6.2.2 a circunstância de o fornecedor deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de subscrição do contrato. **[NOTA: conforme §2º do art. 25 do Decreto nº 19.252/19]**

6.2.4 O disposto neste artigo também se aplica aos integrantes do cadastro de reserva, que, convocados na forma do *caput* deste artigo, não honrem o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração. **[NOTA: conforme §3º do art. 25 do Decreto nº 19.252/19]**

6.2.5 A critério da Administração, a assinatura do contrato ou do instrumento equivalente se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que a licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

6.2.6 A recusa da adjudicatária em se cadastrar ou a subscrever eletronicamente o contrato ou instrumento equivalente implicará na decadência da contratação e à sujeição às sanções cominadas na legislação.

6.3 Como condição para celebração do contrato, o FORNECEDOR deverá manter, durante todo o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação, ficando esclarecido que não serão contratados os fornecedores ou prestadores de serviço que não estejam com documentação regular no Cadastro Unificado de Fornecedores, disponibilizado no Sistema de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS.

6.4 Na hipótese de o FORNECEDOR convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidas no edital, a Administração poderá convocar os demais FORNECEDORES integrantes do cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação.

## 7. Reajustamento dos preços registrados em ata

7.1 OS PREÇOS SÃO FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS DURANTE O TRANSCURSO DO PRAZO DE 12 MESES DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, APÓS O QUE A CONCESSÃO DE REAJUSTAMENTO, NOS TERMOS DO INC. XXV DO ART. 8º DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05, SERÁ FEITA MEDIANTE A APLICAÇÃO DO INPC/IBGE.

## 8. Revisão dos preços registrados em ata

8.1 OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO QUE ELEVE O CUSTO DOS SERVIÇOS OU BENS REGISTRADOS, OBSERVADOS OS PARÂMETROS DEFINIDOS NA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO *CAPUT* DO ART. 143 DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05.

8.1.1 A ALTERAÇÃO OU REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS EM ATA NÃO IMPLICA A REVISÃO AUTOMÁTICA DOS PREÇOS DOS CONTRATOS DECORRENTES DO RESPECTIVO REGISTRO DE PREÇOS.

8.2 QUANDO O PREÇO REGISTRADO TORNAR-SE SUPERIOR AO PREÇO PRATICADO NO MERCADO POR MOTIVO SUPERVENIENTE, O ÓRGÃO GERENCIADOR CONVOCARÁ OS FORNECEDORES CONSTANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA PARA NEGOCIAREM A REDUÇÃO DOS PREÇOS AOS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO.

8.2.1 OS FORNECEDORES QUE NÃO ACEITAREM REDUZIR SEUS PREÇOS AOS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO SERÃO LIBERADOS DO COMPROMISSO ASSUMIDO, SEM APLICAÇÃO DE PENALIDADE.

8.2.2 A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES QUE ACEITAREM REDUZIR SEUS PREÇOS AOS VALORES DE MERCADO OBSERVARÁ A CLASSIFICAÇÃO ORIGINAL.

8.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, poderá o fornecedor, se não puder cumprir o compromisso, pleitear a revisão de seu preço, instruindo o pedido com a demonstração da efetiva ocorrência do desequilíbrio.

8.3.1 A APRECIÇÃO DO PEDIDO DEVE OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS, DURANTE O QUAL O FORNECEDOR FICARÁ OBRIGADO A GARANTIR O FORNECIMENTO DO MATERIAL OU A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO QUE ESTE PRAZO PODERÁ SER REINICIADO, CASO HAJA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA PARA COMPLEMENTAR A ANÁLISE DO PLEITO.

8.3.2 CONFIRMADA A VERACIDADE DOS MOTIVOS E ALEGAÇÕES APRESENTADOS, O FORNECEDOR ESTARÁ LIBERADO DO COMPROMISSO ASSUMIDO, SEM APLICAÇÃO DE PENALIDADE, CASO A COMUNICAÇÃO OCORRA ANTES DO PEDIDO DE FORNECIMENTO.



## ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA DIRETORIA DE LICITAÇÕES

8.3.3 NÃO COMPROVADA A VERACIDADE DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS NO PLEITO DE REVISÃO, DEVERÁ SER INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÃO, EM FACE DOS COMPROMISSOS QUE TENHA DEIXADO DE HONRAR.

8.3.4 NA HIPÓTESE DO 8.3.2, O ÓRGÃO GERENCIADOR PODERÁ CONVOCAR OS DEMAIS FORNECEDORES CONSTANTES DO CADASTRO DE RESERVA PARA QUE SE MANIFESTEM ACERCA DA MANUTENÇÃO DO PREÇO REGISTRADO.

8.3.5 HAVENDO MANIFESTAÇÃO PELA MANUTENÇÃO DO PREÇO REGISTRADO, O ÓRGÃO GERENCIADOR PROMOVERÁ AS NECESSÁRIAS MODIFICAÇÕES NA ATA, COMPONDO NOVO CADASTRO DE RESERVA E DISPONIBILIZANDO-O NO *SITE* OFICIAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS DO ESTADO, OBSERVADA A ORDEM ORIGINAL DE CLASSIFICAÇÃO, SE PRESENTE MAIS DE UM INTERESSADO.

8.3.6 NÃO HAVENDO INTERESSADOS NA MANUTENÇÃO DO PREÇO, O ÓRGÃO GERENCIADOR DEVERÁ PROCEDER À REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ADOTANDO AS MEDIDAS CABÍVEIS PARA OBTENÇÃO DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA, SENDO-LHE FACULTADO DEFLAGRAR PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS COM TODOS OS FORNECEDORES CONSTANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA, NAS SEGUINTE HIPÓTESES:

I - CONSTATAÇÃO DO CARÁTER GERAL DO FATO GERADOR DA REVISÃO, ESPECIALMENTE NA HIPÓTESE DE MERCADOS REGULADOS, EM QUE OS PREÇOS SOFREM VARIAÇÕES DE MODO UNIFORME OU HOMOGÊNEO;

II - MAJORAÇÃO DOS PREÇOS CORRESPONDENTES EM TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS ADOTADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL;

III - EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE IMEDIATA DEFLAGRAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

8.3.7 NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO, SOMENTE PODERÃO APRESENTAR NOVO PREÇO OS FORNECEDORES CONSTANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA.

8.3.8 O PREÇO RESULTANTE DA NEGOCIAÇÃO DEVERÁ OBSERVAR O DISPOSTO NA CLÁUSULA 4.4 DESTA ATA.

### 9. Cancelamento do registro

9.1 Os preços registrados poderão ser cancelados:

9.1.1 por iniciativa da Administração Pública Estadual, em razão de interesse público fundamentado;

9.1.2 quando o fornecedor estiver liberado do compromisso, nas situações previstas no Decreto nº 19.252/19.

9.1.3 quando o fornecedor:

a) descumprir as condições do edital ou da ata de registro de preços;

b) não assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública Estadual, sem justificativa aceitável;

c) for declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar ou contratar, na forma da lei;

d) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados nos incisos de III a XII do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.

9.1.4 O cancelamento de preços registrados nas hipóteses previstas na cláusula 8.1.3 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1.5 Será admitida a suspensão cautelar dos preços registrados em caso de risco iminente da ocorrência de fatos que possam trazer prejuízo ao erário ou lesão ao interesse público de difícil ou impossível reparação.

### 10. Penalidades

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.2 Caberá ao órgão gerenciador adotar as providências necessárias à apuração de ilícitos decorrentes:

a) de infrações concernentes ao procedimento licitatório;

b) do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

c) do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

10.3 Caberá a órgão ou entidade participante adotar as providências necessárias à apuração de ilícitos decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**11. Utilização da ata por órgãos ou entidades não participantes**

[NOTA: assinalar]

- ( ) NÃO PODERÁ HAVER ADESÃO POSTERIOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO  
( ) 11.1 PODERÁ HAVER ADESÃO POSTERIOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO.

11.1 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a \_\_\_% ( \_\_\_\_\_ por cento) [**≤ 50%**] dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. [NOTA: definir]

[NOTA: AS CONTRATAÇÕES ADICIONAIS NÃO PODERÃO EXCEDER, POR ÓRGÃO OU ENTIDADE, A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS QUANTITATIVOS DOS ITENS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E PARA OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES.]

11.2 AS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SÃO LIMITADAS, NA TOTALIDADE, AO \_\_\_\_\_ [**≤ QUE O DOBRO**] DO QUANTITATIVO DE CADA ITEM REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES QUE EVENTUALMENTE ADERIREM [NOTA: DEFINIR]

[NOTA: O QUANTITATIVO DECORRENTE DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO PODERÁ EXCEDER, NA TOTALIDADE, AO DOBRO DO QUANTITATIVO DE CADA ITEM REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E PARA OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES, INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES QUE ADERIREM.]

11.3 A ANÁLISE DA JURIDICIDADE DA PARTICIPAÇÃO, DA INEXISTÊNCIA DE NORMA INTERNA IMPEDITIVA, BEM ASSIM DA ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE COM O REGIME JURÍDICO DE LICITAÇÃO A QUE ESTÁ SUBMETIDO O ÓRGÃO GERENCIADOR, DEVERÁ SER PROCEDIDA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE PRETENDE A ADESÃO

11.4 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

11.6 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**12. Vinculação ao edital de licitação**

Integram a presente Ata, como se nela estivessem transcritas, todas as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive anexos e adendos, e a proposta do FORNECEDOR.

**13. Da Comunicação Eletrônica**

13.1 Fica pactuado que os atos de comunicação processual com o FORNECEDOR poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.290, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

13.1.1 O FORNECEDOR deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais.

**14. Foro**

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

Local (Município e Estado), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**ESTADO DA BAHIA**

---

**FORNECEDOR**

---

**FORNECEDOR**

---

**Testemunha (nome e CPF)**

---

**Testemunha (nome e CPF)**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

---

---

**PARTE FIXA**

**RITO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO

---

---

TÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS

1. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

TÍTULO II  
DOS IMPEDIMENTOS

2. Não será admitida a participação de interessados que estejam suspensos do direito de licitar ou contratar e/ou declarados inidôneos, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei estadual nº 9.433/05.

3. Em consonância com o art. 200 da Lei estadual nº 9.433/05, fica impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa natural física ou jurídica; b) a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado; c) servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; d) demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 da Lei estadual nº 9.433/05, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

4.1 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere a alínea b deste item na licitação ou na execução da obra ou serviço como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

4.2 O disposto neste item não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo

4.3 Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste item, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e a licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

4.4 Aplica-se o disposto no item anterior aos membros da comissão de licitação, ao pregoeiro e equipe de apoio.

5. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei estadual nº 9.433/05.

6. Os servidores públicos civis deverão observar as vedações contidas na Lei estadual nº 6.677/94, especialmente do inc. XI do art. 176, assim como as proibições específicas das respectivas carreiras e grupos ocupacionais.

7. Os policiais militares da ativa deverão atender às prescrições do art. 40 e 57 da Lei estadual nº 7.990/01.

TÍTULO III  
DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CAPÍTULO I  
QUANTO À FORMA

8. Os documentos relativos à proposta e à habilitação serão apresentados em formato digital, sob exclusiva responsabilidade dos proponentes quanto à sua validade.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

- 8.1 Em caso de dúvida quanto à autenticidade dos documentos, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação dos documentos em original ou cópia autenticada, para verificação.
- 8.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 8.3 A falsidade dos documentos apresentados sujeitará a licitante à sanções previstas na legislação pertinente.
9. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.
10. Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico, é necessário, previamente, o credenciamento pelos licitantes no sistema indicado no PREÂMBULO, através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.
11. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio do acesso da licitante exclusivamente por meio do sistema disponibilizado.

CAPÍTULO II  
QUANTO AO CONTEÚDO

12. A proponente deverá elaborar a sua proposta de preços em moeda nacional (reais e centavos), observando as disposições do Termo de Referência, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
13. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
14. A proposta apresentada deverá incluir as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da licitação.
15. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
16. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.
17. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
18. A formulação da proposta implica para a proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-a responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.
19. Na concorrência, tomada de preços e convite do tipo técnica e preço, a proponente deverá apresentar proposta técnica observando as disposições relativas ao modelo de descrição da proposta técnica e aos critérios para avaliação das propostas técnicas.
20. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos relacionados no instrumento convocatório.
- 20.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

TÍTULO IV  
DO PROCEDIMENTO NA LICITAÇÃO

CAPÍTULO I  
DA FASE INICIAL

Seção I  
Do Credenciamento

21. O site, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no PREÂMBULO.
- 21.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.
- 21.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

21.3 As licitantes interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/06 deverão estar previamente cadastradas no sistema indicado no PREÂMBULO, como microempresas ou empresas de pequeno porte.

22. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo a licitante responsável por todos os atos praticados.

Seção II  
Da licitante

23. Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos solicitados conforme estabelecido neste edital;
- b) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- c) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- d) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- e) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

24. O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

Seção III  
Da Interrupção da Sessão

25. Sempre que houver interrupção da sessão, as licitantes deverão ser notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.

25.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

25.2 Na situação descrita no item 25.1, quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Seção IV  
Da Apresentação da Proposta e dos  
Documentos de Habilitação

26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme as datas e horários estabelecidos no instrumento convocatório, observando-se o que se segue:

26.1 A licitante deverá preencher o formulário eletrônico apresentado na tela com os dados pertinentes à sua proposta de preços, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.

26.2 No caso de aquisições, o formulário deverá ser preenchido com as exigências relacionadas no item respectivo da Seção I – Especificações para Elaboração da Proposta de Preços, da PARTE I - Propostas.

26.3 As licitantes também deverão remeter nesta oportunidade, exclusivamente via sistema eletrônico: a) proposta escrita de preços, preferencialmente de acordo com o modelo da Seção IV – Modelo de descrição da proposta de preços, da PARTE I – Propostas; b) declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame; c) declaração de enquadramento, quando for o caso (Lei nº 123/2006); d) declaração de pleno conhecimento e de veracidade dos documentos; e) procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

26.4 Os documentos exigidos para habilitação, conforme o disposto na PARTE II do edital deverão ser enviados nesta fase, exclusivamente via sistema eletrônico, observando-se o que se segue:

26.4.1 As licitantes cadastradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado da Bahia poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no referido Cadastro, observado o disposto neste edital, para a confirmação das suas condições habilitatórias.

26.4.2 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral, ou que dele constem como vencidos, deverão ser enviados nesta fase, cabendo ao licitante certificar-se da regularidade de sua documentação.

26.5 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 26 ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

26.6 A licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

26.7 A falsidade da declaração de que trata o item 26.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação pertinente.

26.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos no edital para a sua apresentação.

26.9 Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item 26 não haverá ordem de classificação das propostas.

26.10 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

CAPÍTULO II  
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**Seção I**  
**Das propostas de preços**

**Subseção I**  
**Da abertura da Sessão Pública**

27. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública na *internet* será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

27.1 As licitantes poderão participar da sessão pública na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

27.2 O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.

28. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

29. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

29.1 Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas que não contenham informação que permita a identificação do objeto proposto.

29.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

29.2 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema eletrônico, para acompanhamento por todos os participantes.

29.3 O sistema eletrônico ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

29.4 Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

30. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do instrumento convocatório e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

**Subseção II**  
**Dos lances eletrônicos**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

31. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

31.1 É vedada a utilização de sistema robotizado que implique envio automático de lances.

31.1.1 Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances, ou recurso de tecnologia disponibilizado pelo sistema, a fim de coibir a utilização de software lançador (robô).

31.2 Se o pregoeiro identificar que alguma licitante, ao apresentar seus lances, o fez, entre outras formas, de maneira sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, indicando a utilização de software lançador "robô", será ela desclassificada, com a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

31.3 A licitante será imediatamente informada do recebimento do lance e do valor consignado no registro

31.4 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

31.5 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

31.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

31.7 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

### Subseção III

#### Do envio de lances, segundo os modos de disputa

32. No **modo de disputa aberto**, conforme opção assinalada no PREÂMBULO deste edital, será observado o seguinte procedimento:

a) as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital;

b) deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, definido neste edital, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

c) a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

d) a prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata a letra "c" será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

e) na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

f) encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no ~~§ 1º deste artigo~~ na letra "d", o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

33. No **modo de disputa aberto e fechado**, conforme opção assinalada no PREÂMBULO deste edital, será observado o seguinte procedimento:

a) as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital;

b) a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

c) encerrado o prazo previsto na letra "b", o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada

d) Encerrado o prazo de que trata a letra "c", o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

e) Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata a letra "d", os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

f) encerrados os prazos estabelecidos nas letras "d" e "e", o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

g) na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das letras "d" e "e", haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º deste artigo.

h) na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto na letra "g".

#### **Subseção IV**

#### **Critérios de desempate em licitações de itens ampla participação**

34. Em licitações de itens de ampla participação, serão observadas as seguintes disposições:

34.1 Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

34.2 Entende-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.

34.3 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, proposta de preço inferior àquela de menor valor exequível, sob pena de preclusão.

34.4 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital.

34.5 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

34.6 O disposto neste item somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

34.7 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial

34.8 Se a melhor oferta não puder ser aceita, ou se for inabilitada a sua proponente, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina ora estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

34.9 Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro critério.

34.10 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da ausência de disputa de lances, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.

34.11. Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

#### **Subseção V**

#### **Critérios de desempate em licitações de itens restritos a microempresa e empresa de pequeno porte**

35. Em licitações de itens restritos a microempresa e empresa de pequeno porte, serão observadas as seguintes disposições:

35.1 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

35.2 Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

36. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 34 ou 35, conforme o caso, se não houver envio de lances após o início da fase competitiva.

**Subseção VI**  
**Da divulgação do orçamento**

37. Na hipótese de a licitação se processar com o orçamento sigiloso, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, bem como os elementos de sua composição, serão tornados públicos apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances. **[NOTA: art. 7º, §4º, do Decreto nº 19.896/20]**

**Subseção VII**  
**Negociação da proposta**

38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

38.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**Subseção VIII**  
**Da adequação da proposta**

39. O pregoeiro concederá o prazo de três horas para envio da proposta escrita adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 38, podendo ser prorrogado, mediante justificativa.

39.1 A proposta deverá contemplar a planilha com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance.

39.1.1 Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo do item 39 com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

39.2 Deverão ser encaminhados juntamente com a proposta readequada, caso tenha sido exigido na Parte I deste edital, os documentos necessários à comprovação das características descritas na proposta, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da *internet* impressas.

39.3 Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema.

39.4 Caso seja necessário, o pregoeiro poderá solicitar documentos complementares à proposta, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente, os quais deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de três horas a contar da solicitação, sendo vedada a inclusão de elemento que devesse constar originariamente da proposta.

**Seção II**  
**Do julgamento das propostas**

40. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação.

**Subseção I**  
**Da compatibilidade do preço**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

41. Será desclassificada a proposta que consignar valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemple preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.

41.1 Serão também desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

41.2 No caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, deverá ser observado, para efeito de manifesta inexequibilidade, o disposto nos §§1º e 2º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05.

42. Se a melhor oferta não puder ser aceita, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, observando o mesmo rito estabelecido, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

**Subseção II**  
**Das amostras ou demonstração de compatibilidade**

43. Havendo necessidade de apresentação de amostras ou de demonstração de compatibilidade, o pregoeiro comunicará a todas as licitantes a suspensão da sessão, franqueará ao detentor da melhor proposta a sua realização, no prazo e forma assinalados, ficando facultado aos demais licitantes o acompanhamento.

44. Se inexitosa a aferição de qualquer amostra ou demonstração de compatibilidade, o pregoeiro procederá à convocação do detentor da proposta subsequente, na ordem de classificação, até que obtenha resultado compatível.

45. A amostra ou a demonstração de compatibilidade será analisada com o objetivo de aferir a sua adequação com os requisitos e as especificações contidas no instrumento convocatório, bem como com as consignadas na proposta apresentada pela licitante, para o que poderá ser solicitada a avaliação e análise por parte de unidade técnica competente.

46. A não apresentação de amostra ou de demonstração de compatibilidade será reputada desistência do certame, com as consequências estabelecidas em lei.

47. A desconformidade ou incompatibilidade com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta, devendo observar-se o que se segue:

47.1 A amostra deverá ser entregue contra-recibo, no prazo e endereço fixados pelo pregoeiro, devendo estar em embalagem lacrada, que contenha as informações que permitam identificar a licitante e o procedimento licitatório ao qual se refere.

47.2 Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, não cabendo ressarcimento do valor do objeto.

47.3 A amostra apresentada deverá possuir elementos e quantidades suficientes que permitam a identificação do objeto, bem como a constatação de suas propriedades e do seu rendimento, além do número do registro no órgão competente, quando exigido.

47.4 Entregue a amostra, não serão permitidas quaisquer modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do instrumento convocatório.

47.5 A amostra aprovada permanecerá em poder do órgão licitante para fins de confrontação quando do recebimento do material licitado, sendo liberada somente após a conclusão do contrato.

47.6 As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que as que não forem retiradas nesse prazo serão descartadas, sem direito a indenização.

47.7 Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

**CAPÍTULO III**  
**DA HABILITAÇÃO**



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

48. O pregoeiro conferirá e examinará os documentos de habilitação, emitindo o Certificado de Registro das empresas cadastradas e verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.

48.1 Serão inabilitadas as licitantes cujos documentos exigidos para habilitação não tenham sido apresentados na forma do edital, ou que não estejam contemplados no Registro Cadastral, ou que dele constem como vencidos, ressalvado o disposto no item 48.2.

48.2 Desde que possível tecnicamente, a verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

48.3 Caso seja necessário, o pregoeiro poderá solicitar documentos complementares à habilitação, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente, os quais deverão ser apresentados em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação, vedada a inclusão posterior de elemento que devesse constar originariamente dos documentos de habilitação.

49. Não sendo aceitável a proposta vencedora, ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

50. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto nos arts. 42 e 43, ambos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

51. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, a licitante será declarada vencedora.

51.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a declaração do vencedor por prazo superior a 03 (três) horas a contar do encerramento da etapa de lances, a nova sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico, observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO IV  
DOS RECURSOS

52. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo de até 30 (trinta) minutos manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico.

52.1 As razões do recurso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis.

52.2 As demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

52.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no *caput* deste artigo, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

52.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO V  
DA REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA  
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

53. Sagrando-se vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

53.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas pelo ilícito tipificado no art. 184, VI da Lei estadual nº 9.433/05, sendo facultado à Comissão de Licitação ou ao pregoeiro, conforme o caso, proceder à convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

CAPÍTULO V - A  
DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

53-A. Tratando-se de licitação para registro de preços, serão incluídos na respectiva ata, na forma de anexo, os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a sequência da classificação do certame.

53-A.1 A inclusão a que se refere este item tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

53-A.2 O responsável pela licitação facultará às licitantes que desejem integrar o cadastro de reserva a apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade e a realização da habilitação, como condição para que seus preços sejam registrados, para o que será adotado, no que couber, os mesmos ritos e prazos definidos neste Título.

53-A.2.1 Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a licitante tenha manifestado interesse, até que seja atingido o limite da capacidade econômico-financeira, sendo vedada a escolha, pela licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

53-A.3 A formalização do cadastro de reserva far-se-á mediante a juntada da ata de realização da sessão pública da licitação que contenha a informação dos licitantes que aceitaram praticar os mesmos preços ofertados pelo vencedor do certame.

53-A.4 Não poderão compor o cadastro de reserva as propostas que não tenham sido classificadas e cujos licitantes não tenham sido habilitados.

53-A.5 Se houver mais de um licitante na situação de que trata este item, a formação do cadastro de reserva deverá obedecer a sequência da classificação do certame.

53-A.6 Nas licitações para registro de preços realizadas sob a modalidade pregão, além das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, será admitida a inclusão, no anexo da ata a que se refere este item, das licitantes cujos preços, ao final da etapa de lances, estejam compatíveis com os preços correntes no mercado ou fixados pela Administração Pública Estadual ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais, e que tenham manifestado interesse em integrar o cadastro de reserva nesta condição

53-A.7 As licitações para registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde a que se refere a Lei Federal nº 10.191, de 14 de fevereiro de 2001, observarão, na modalidade pregão, o disposto no art. 2-A daquele diploma.

53-A.8 Para as licitantes beneficiárias do regime diferenciado da Lei complementar nº 123/06, que manifestarem interesse em integrar o cadastro de reserva e cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, computando-se o termo inicial da data da convocação para substituição do fornecedor originário.

CAPÍTULO VI  
DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

54. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará a licitação.

55. Na ausência de recurso ou quando a decisão que o ensejou tenha sido reconsiderada, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto, encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

56. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

TÍTULO V  
DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

CAPÍTULO I  
DAS IMPUGNAÇÕES



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

57. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

57.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

57.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

57.3 O pregoeiro poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos, a fim de subsidiar a decisão quanto às impugnações, promovendo a oitiva, quando necessário, do órgão legal de assessoramento jurídico.

57.4 Se reconhecida a procedência das impugnações, as modificações do edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

CAPÍTULO II  
DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

58. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

58.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e suas respostas vincularão os participantes e a Administração Pública Estadual.

58.2 O pregoeiro poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos, a fim de subsidiar a decisão quanto aos pedidos de esclarecimentos, promovendo a oitiva, quando necessário, do órgão legal de assessoramento jurídico.

58.3. Se na resposta aos pedidos de esclarecimentos verificar-se a necessidade de modificações do edital, estas serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

TÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

59. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o responsável pela licitação, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

59.1 As modificações do edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

60. O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo ao registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

61. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

61.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

61.2 Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá, caso se esta funcionalidade estiver disponível no sistema, suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de nova proposta ou nova documentação, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação ou inabilitação.

62. O pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

63. Os participantes da licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento.





ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

64. A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, cujos documentos, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

64.1 Os atos do procedimento do pregão eletrônico serão disponibilizados para acesso livre, nos termos da legislação pertinente, ressalvados os documentos sigilosos, apenas enquanto perdurar esta condição.

64.2 Os arquivos e os registros digitais relativos ao pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

65. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

TÍTULO VII  
DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

66. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei estadual nº 9.433/05.

TÍTULO VIII  
DA CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I  
DA FASE PRÉ-CONTRATUAL

**Seção I-A**

**Da Ata de Registro de Preços, no Sistema de Registro de Preços**

66-A. Tratando-se de licitação para registro de preços, homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo definido no PREÂMBULO deste edital, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Estadual.

66-A.1 A recusa injustificada do fornecedor classificado a assinar a ata, dentro do prazo de validade da proposta, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, especialmente, nos termos do inciso IV do art. 33, da Lei estadual nº 9.433/05, a aplicação de multa prevista no art. 192, inciso I, c/c art. 19, parágrafo único do Decreto estadual nº 13.967/12 e a suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 184, inciso VI, combinado com o art. 194 Lei estadual nº 9.433/05.

66-A.2 Equipara-se à recusa prevista no item 67.1 artigo a circunstância do adjudicatário do registro de preços deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de subscrição da ata.

66-A.3 É facultado à Administração Pública estadual, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.

66-A.4 A assinatura da ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

66-A.5 A ata de registro de preços obedecerá as condições da minuta constante deste instrumento convocatório.

66-A.6 A critério da Administração, a assinatura da ata de registro de preços se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que a licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

66-A.6.1 A recusa da adjudicatária em obter o credenciamento ou a subscrever eletronicamente a ata de registro de preços implicará na decadência ao direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação específica.

**Seção I**

**Da verificação da manutenção das condições de habilitação**

67. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá fazer prova da manutenção de todas as condições de habilitação, o que também poderá ser aferido, se disponível, mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**Seção II**  
**Da minuta de contrato**

68. A contratação com a licitante vencedora obedecerá as condições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei estadual nº 9.433/05.

69. Considerar-se-ão literalmente transcritas no instrumento equivalente todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante do convocatório.

CAPÍTULO II  
DA ASSINATURA DO CONTRATO

**Seção I**  
**Da Convocação**

70. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo fixado no edital, na forma dos §§3º e 4º do art. 124 da Lei estadual nº 9.433/05, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 e no art. 194 da Lei estadual nº 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

70.1 A assinatura do contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

70.2 No sistema de registro de preços, a recusa injustificada do fornecedor em subscrever o termo de contrato ou instrumento equivalente ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

70.2.1 Equipara-se à recusa prevista a circunstância de o fornecedor deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de subscrição do contrato.

70.2.2 O disposto neste item também se aplica aos integrantes do cadastro de reserva, que, convocados na forma do *caput* deste item, não honrem o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração.

71. A critério da Administração, a assinatura do contrato ou do instrumento equivalente se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que a licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

71.1 A recusa da adjudicatária em se cadastrar ou a subscrever eletronicamente o contrato ou instrumento equivalente implicará na decadência da contratação e à sujeição às sanções cominadas na legislação.

**Seção II**  
**Da impossibilidade de contratação**

72. Na contratação delegada, se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado ao pregoeiro examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento das condições de habilitação, adotando os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

72.1 Na licitação para registro de preços, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, é facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.

CAPÍTULO III  
DOS PRAZOS DE DURAÇÃO

73. A vigência contratual observará o prazo estabelecido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, sendo vedada a fixação de prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO IV  
DAS GARANTIAS



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

74. As garantias contratuais, quando exigidas, deverão recair sobre uma das modalidades previstas na lei, observadas as disposições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

CAPÍTULO V  
DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DA PROPOSTA

75. O reajustamento dos preços contratuais observará os índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, conforme definido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

75.1. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses previstas na Lei estadual nº 9.433/05, observados os parâmetros definidos na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

CAPÍTULO VI  
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

76. O contrato poderá ser alterado, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

77. Os atos de prorrogação, suspensão ou rescisão dos contratos administrativos sujeitar-se-ão às formalidades exigidas para a validade do contrato originário.

78. Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila: a) a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores; b) o reajustamento de preços previsto no edital e no contrato; c) as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes.

CAPÍTULO VII  
DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

79. A execução e a fiscalização do objeto contratual obedecerão as disposições previstas na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pelas obrigações assumidas.

CAPÍTULO VIII  
DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

80. O recebimento do objeto contratual obedecerá as disposições previstas na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

CAPÍTULO IX  
DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

81. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05, observados os parâmetros definidos na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

TÍTULO IX  
DAS PENALIDADES

82. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

82.1 A Critério da Administração, nos termos do art. 8º, IV c/c art. 89 e art. 95 da Lei nº 12.290, de 20 de abril de 2011, as notificações e intimações de atos dos processos administrativos poderão ser realizadas através do endereço eletrônico fornecido pela licitante no cadastro do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

83. Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.



ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

CAPÍTULO I  
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

84. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.

CAPÍTULO II  
DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

85. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

CAPÍTULO III  
DA ADVERTÊNCIA VERBAL

86. Será advertido verbalmente a licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo o responsável pela licitação determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

CAPÍTULO IV  
DO DESCREDENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL

87. A licitante ou contratada será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.

CAPÍTULO V  
DA MULTA

88. A recusa à assinatura do contrato, pelo adjudicatário, no prazo fixado no instrumento convocatório, ensejará a aplicação da pena de multa de mora no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

88.1 No sistema de registro de preços, recusando-se o adjudicatário a subscrever ata, a multa será de 5% (cinco por cento) e incidirá sobre o valor correspondente ao objeto que lhe foi adjudicado

88.2 Equipara-se à recusa prevista no item 88.1 a circunstância de o adjudicatário do registro de preços deixar de manter, durante todo o período de validade do registro, as condições de habilitação exigidas na licitação, caso em que a multa de 5% (cinco por cento) será aplicada sobre a diferença entre o valor global do objeto adjudicado e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.

89. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

TÍTULO X  
DO FORO

90. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.